

## **DEZOITO ANOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: DIFERENTES DIMENSÕES DESTA DIFÍCIL MAIORIDADE**

Dulce Consuelo A. Whitaker  
Luis Antônio Barone  
Vera Lúcia S. Botta Ferrante

A oportunidade de refletir sobre os 18 anos de existência dos Projetos de Assentamentos da região de Araraquara (completados em 2003) parece ser um momento ideal para um balanço dessa realidade complexa, tanto em termos de avaliação das políticas públicas geradoras dos assentamentos, quanto do nível de organização e atividade política dos trabalhadores rurais da região, sem dúvida, os principais artífices desse cenário polêmico e diversificado. Oferece, também, a possibilidade de refazer o percurso de investigação sobre essa temática, que, a rigor, inicia-se mesmo antes da instalação dos primeiros núcleos de assentamentos na Fazenda Monte Alegre (1985), a partir de estudos feitos sobre os movimentos de trabalhadores rurais em sua luta por direitos (Ferrante, 1984 e 1986). Como um trabalho mais sistemático de investigação, a fundação do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (*Nupedor*), em 1988/9, transformou essa reflexão em uma sementeira de novos pesquisadores e uma referência nacional no debate acerca da temática, além de fornecer uma base acadêmica para o acompanhamento continuado dos assentamentos.

Completar 18 anos, para qualquer cidadão brasileiro significa atingir a maioridade. E isso pode constituir-se numa analogia útil para a compreensão do momento vivenciado pelos assentamentos. Não só porque já existe uma geração que cresceu nesses novos espaços sociais, encravados entre os canaviais e laranjais da região, mas também – e acima de tudo – porque essa “maioridade” é atingida exatamente no ano da posse de um presidente da República (Lula – 2003/2006), que sempre teve no tema da Reforma Agrária uma das suas principais bandeiras políticas. A partir disso, a efeméride passa a ter um

significado maior, justificador de uma reflexão desta natureza. Seria, por assim dizer, a “idade da razão” dos assentamentos de reforma agrária? Ou nada de novo desponta no horizonte dessas experiências, que possa indicar uma mudança qualitativa de seu status e desenvolvimento? São questões que merecem um esforço tal qual o pretendido neste artigo.

### **A questão metodológica**

Ao perceber as mediações produzidas pela natureza nas relações sociais que se dão na área rural, tivemos também a percepção de que nossos alunos pesquisadores deveriam superar os obstáculos epistemológicos à compreensão do rural assimilando a metodologia adequada e até criando novas técnicas de pesquisa, o que realmente aconteceu.

O resultado desse mergulho na tentativa de compreender o “camponês por dentro” como quer Rafael Baraona criou uma seqüência de trabalhos de pesquisa – Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado – nos quais técnicas variadas foram implementadas para chegar ao método tal como explicitado no livro *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes* (Whitaker, 2002).

Nesse livro, que inicialmente faz um balanço dos preconceitos contra o homem rural que contaminam as Ciências Humanas, explica-se a origem da nossa metodologia. O impulso inicial estava dado já no início dos anos 80 na tese de doutorado *Ideologia e práticas culturais: o controle ideológico do trabalhador da cana* (Whitaker, 1984), trabalho no qual a coleta de redações escolares permitiu a compreensão de todo processo ideológico de controle de trabalhadores em três diferentes espaços considerados como franjas do rural-urbano, espaços nos quais a dialética entre o rural-urbano se dava de forma diferenciada e cheia de especificidades.

Ao tentar compreender

*... a extensão da cultura através do estudo de redações escolares de crianças e adolescentes em três diferentes grupos sociais (...) Whitaker formulou a circunstância de que jamais se poderá estudar agrupamentos humanos sem ouvir seus indivíduos naquilo que mais os representa: sua capacidade de interpretação e descrição de suas vidas, naquele caso, através da literatura de jovens estudantes (D’Incao, 2002).*

Obviamente outras técnicas foram utilizadas naquele momento como frutos do campo teórico enfrentado durante a pesquisa. Mas não é sobre aquele momento que pretendemos discorrer.

O que importa situar aqui é como aquele ponto de partida anterior já anunciava a visão poliocular que desenvolveríamos agora sob influência das

Teorias da Complexidade, lendo autores empenhados em construir uma nova ciência, tais como Capra, Prigogine e especialmente Morin que construiu o conceito de “olhar poliocular”<sup>1</sup>.

Nossa participação num grande projeto multidisciplinar como o foram os projetos iniciais coordenados pelas professoras Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Sônia Maria Pessoa Pereira Begamasco já indicava caminhos alternativos pelo caráter interdisciplinar que reunia olhares diferenciados (sociólogos, economistas, geógrafos, médicos, etc.). No entanto, o caráter quantitavista do Censo obstaculizava olhares mais compreensivos.

Mas o projeto implicava subprojetos relacionados ao interesse de cada pesquisador e a tradição de estudos culturais e ideológicos marcou então o grupo que estudava Educação, que se destacou da perspectiva externa, à qual o Censo obrigara, para uma perspectiva interna que captava famílias marcadas por trajetórias cheias de rupturas. Essa perspectiva desvelou para nossos bolsistas de Iniciação Científica a insuficiência das técnicas convencionais – úteis sem dúvida para grandes projetos – mas que não conseguem dar conta nem da totalidade e nem das subjetividades envolvidas nos fenômenos humanos.

Na busca de alternativas, construímos roteiros para entrevistas, fizemos anotações em Diários de Campo a partir dos contatos face-a-face com os sujeitos envolvidos, ensaiamos leituras do espaço, o que nos despertou para as riquezas da natureza na relação e colhemos um sem-número de Histórias de Vida. Mas o que prevaleceu foi a experiência de fazer falar as crianças conforme experimento da Tese citada (Whitaker, 1984).

No início dos anos 90, não havia escola nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre. Não tínhamos, portanto, um espaço escolar a partir do qual pudéssemos colher as redações como ocorrera no trabalho anterior (Whitaker, 1984).

Criamos então um instrumento de pesquisa que combinava atividades estimuladoras para os motivos que levam uma criança a escrever. Não tínhamos um espaço escolar, mas estávamos lidando com as crianças num espaço cheio de estímulos, em contato direto com a natureza, marcado por uma sociabilidade que envolvia a riqueza da memória da luta pela terra.

Impossível descrever num texto com tanta amplitude de temas, as marchas e contramarchas que os bolsistas de Iniciação Científica empreenderam para construir esse instrumento que seria a seguir utilizado por essas mesmas pesquisadoras em diferentes Dissertações de Mestrado<sup>2</sup>. A Técnica partia de atividades lúdicas com as crianças. Após explicar aos pais os objetivos da

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, Morin (1991).

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Fiamengue (1997); ver também, Araújo (1996).

experiência, os pesquisadores reuniam as crianças, ligavam o gravador, brincavam de repórter, faziam dramatizações e um sem número de brincadeiras, após o que distribuíam papel e lápis (preto e de cor) para que desenhassem e/ou escrevessem,

*O instrumento aplicado aos quatro núcleos então existentes nos assentamentos da Fazenda Monte Alegre mostrou ser eficiente, não somente na produção de dados, como também no aprofundamento da compreensão do que é ser criança nos novos espaços em construção (Whitaker, 2002).*

Especialmente a coleta de desenhos, que abriria o caminho para utilização das artes plásticas, foi uma das técnicas mais produtivas para estabelecer essa compreensão do que é ser criança e de como a criança representa com carinho aquele espaço novo, para ela colorido e cheio de borboletas, contrariamente ao senso comum que os vê como áridos e desprovidos de estética.

Em termos de metodologia produzimos ainda textos de reflexão e normas sobre a transcrição das falas<sup>3</sup> preocupados que estávamos com a questão do preconceito que contamina a ciência sempre que vacilamos em nossa vigilância epistemológica. Refletindo sobre o poder da palavra, e como havia um poeta em nosso grupo, surgiu a idéia de captar e compreender aqueles sujeitos “por dentro” através da poesia.

Alexandre Dantas, já no mestrado, mas sempre integrado ao Nupedor, acabaria fazendo sua dissertação sobre o preconceito que se desenvolve na sociedade urbana contra o homem rural e justamente utilizando a poesia como uma das técnicas para melhor compreendê-lo (Dantas, 1991). Para dar uma idéia da profundidade de seu trabalho, reproduzimos aqui um de seus poemas, construído a partir do momento em que discute as diferentes maneiras como são observados o espaço e o tempo naquela situação,

#### I

(Há dias de fome.  
Há dias de luta.  
Há dias de riso.  
Mas todos os dias  
São dias de terra.)

#### II

Quando tu derramas teus passos  
Sob o sol que arde distâncias,  
O faz tão fortemente, resoluto e ousado  
Que tuas cores tangenciam

---

<sup>3</sup> Whitaker et alli (2002).

as cores dos Argonautas.  
Tu és feito um Argonauta.  
Navegas teu corpo,  
subjugando intempéries, armadilhas,  
labirintos.  
Navegas tua alma  
para o rumo da tua terra.  
Mas tua terra não é só rumo.  
Tua terra está fincada  
em qualquer tempo verbal.  
Tua terra é memória  
para além de priscas eras.  
Tua terra não é só rumo.

### III

(Há dias de sangue.  
Há dias de música.  
Há dias de anjos.  
Mas todos os dias  
São dias de terra.)

Assim, a poesia aparece como forma de captar o real, técnica a ser usada obviamente pelo sociólogo-poeta. Não vamos fazer aqui a discussão de quem pode ser sociólogo e poeta ao mesmo tempo, já que sem dúvida a poesia representa o nível mais complexo da linguagem. No entanto, quem já não “cometeu” um poema em toda a sua vida? Se for verdade, como declarou-nos um cortador de cana durante a pesquisa na região dos canaviais que os versos passam voando no ar e de repente pode-se “pegar” alguns<sup>4</sup>, então é possível a qualquer pesquisador meditar sobre as essências daquilo que pretende compreender, e apanhar “no ar” os versos produzidos pela situação.

Da poesia para as artes plásticas foi um pulo. Dois jovens artistas plásticos que fizeram Ciências Sociais na UNESP de Araraquara passaram pelo Nupedor e deixaram preciosas marcas sobre o grupo. Partindo do pressuposto de que desde as primeiras manifestações de arte rupestre (remotos registros da vida humana sobre a Terra) as artes plásticas surgiram como esforço para ampliar a leitura e as representações do espaço, esses dois jovens realizaram desenhos,

---

<sup>4</sup> Uma das experiências mais fascinantes da minha carreira de pesquisadora foi ter ouvido essa idéia de um cortador de cana e muitos anos depois encontrá-la em artigo do Professor Ivan Isquierdo, um dos mais famosos neuroquímicos do Brasil, que afirmou estar a poesia permanentemente “flutuando no ar”, o que permite que alguns privilegiados a peguem. Essa coincidência extraordinária está narrada no meu livro *Escolha da Carreira e Globalização*, Editora Moderna, São Paulo, 1997 – 8º capítulo: A Imaginação – nota de uma das autoras.

fizeram quadros e planejaram inúmeras instalações, tendo apresentado seus trabalhos em congressos de Iniciação Científica, abrindo para nós uma ampla gama de possibilidades metodológicas. É claro que o uso das artes plásticas ainda significa uma pequena abertura na direção de uma melhor compreensão do que seja essa técnica no futuro. Philippe Ariés desenvolveu parte de suas teorias sobre as transformações no conceito de infância, observando quadros e esculturas (Áries, 1981). Mas já encontrou prontas as obras que se propôs a pesquisar. Nossa proposta é um pouco diferente. É de que o pesquisador retrate o real com a técnica que seja capaz de utilizar, seja ela um poema, uma instalação ou um desenho. E que depois construa seu texto científico, ampliando e traduzindo com palavras aquilo que captou. Já se faz isso com fotografias, por exemplo. E já se conseguiu fazer com desenhos realizados pelos próprios sujeitos pesquisados, como na dissertação de Fiamengue aqui citada (Fiamengue, 1997). É claro que muitas controvérsias animaram nosso Grupo quando discutimos a maneira como poderíamos utilizar essas técnicas, controvérsias que não vamos reproduzir aqui.

Consideramos mais eficaz dar um exemplo de como o bolsista Vanderlei Ribeiro, após contemplar um monjolo, projetou uma instalação para expressar a autonomia conseguida pelos assentados em relação ao tempo de que desfrutam no assentamento.

O pesquisador, informado de que o monjolo havia sido feito para pilar arroz, mas estava sendo utilizado para espantar pacas e lontras que vinham do rio para se alimentar (estragando as plantações), escreveu em seu Diário de Campo

*Este pilão e as palavras ditas pelo Miro me inspiraram um trabalho artístico sobre o tempo, não tão constante como o do relógio, pois o monjolo obedece ao ritmo das águas da mina. O barulho produzido ecoava ao seu redor, como que dizendo aos bichos: olha, é tempo dos homens (Caderno de Campo, janeiro de 1998).*

O projeto de instalação seria de um monjolo a ser movimentado pelas pessoas, de forma que o som e o silêncio e a fala de Miro (que informou sobre as lontras e pacas) estaria nele transcrita. O nome da instalação seria “Tempo das águas: a liberdade do olhar do assentado”.

A partir dessa instalação o pesquisador faria seu texto, chamando atenção para a interação profunda que se estabeleceu entre o pólo pesquisador e o sujeito pesquisado, descrevendo suas práticas e sua interação com a natureza, avisando por exemplo os animais para não se aproximarem (ao invés de matá-los com veneno como fazemos na cidade).

Para todos esses pesquisadores o uso do Diário de Campo foi fundamental. Esta técnica, que deveríamos chamar Cadernos de Campo, tem sido o instrumento através do qual estamos conseguindo que bolsistas de Iniciação Científica adquiram as posturas e atitudes que poderão defini-los como Pesquisadores. As anotações que fazem em suas idas a campo tornaram-se tão essenciais que muitos deles foram capazes de escrever textos reflexivos sobre o tema: alguns mostraram, através de recortes de suas anotações como foram transformando suas formas de entender o rural; outros foram capazes de expressar a ampliação da visão sociológica que obtiveram no esforço de registrar tudo o que viam; um deles trabalhou com a idéia da memória do pesquisador se fortalecendo através da releitura dos seus escritos.

O Diário de Campo foi considerado ainda pelo seu caráter quase lúdico – como de quem realiza a tarefa escolar - enquanto bolsistas interessados no estudo do meio-ambiente perceberam nele grandes possibilidades de abordagem descritiva e compreensiva do sistema. Tivemos ainda textos sobre Caderno de Campo ilustrados com poesias, desenhos, pintura e descrições de instalações.

As possibilidades do uso desse instrumento são infinitas e não caberiam num artigo que se propõe fazer um balanço da “maioridade” dos assentamentos. Encerro, portanto, com um trecho que escrevi sobre os Cadernos de Campo no livro sobre Sociologia Rural acima citado,

*Revisando esses textos, recordo com emoção, o quanto esses Diários de Campo auxiliaram nosso grupo de pesquisas em Educação na compreensão de como se re-constroi a diversidade agrícola, as representações na memória e a própria integridade destes sujeitos sofridos – hoje novos atores sociais – nas relações que estabelecem entre eles e com a natureza, nestes novos espaços sociais.*

### **A difícil luta pela reforma agrária na região**

Integrante da conhecida “Califórnia Brasileira” (e também, vez por outra, chamada de “Flórida Paulista”, também devido ao seu dinamismo econômico), a região de Araraquara (nordeste do Estado de São Paulo) geralmente é citada como exemplo de pleno desenvolvimento agropecuário. Exatamente por isso, o debate sobre a reforma agrária e projetos de assentamentos nessa grande área de São Paulo sempre foi truncado e mal compreendido. Aliás, o recurso à propalada riqueza rural paulista sempre foi o argumento político mais importante, à época do Congresso Constituinte (1987-1988), na justificativa da exclusão de qualquer área do Estado das políticas de redistribuição de terras.

De fato, os anos 1980 chegam para a grande região nordeste de São Paulo com o reconhecimento de sua pujança econômica e da existência de um mercado consumidor bastante rico. A implantação do PRÓ-ÁLCOOL, em 1975,

só estimulou a indústria sucro-alcooleira ali baseada, fazendo crescer de forma acentuadíssima a área plantada de cana, bem como o número de postos de trabalho junto a essa atividade econômica. Ao lado da cultura da cana, um outro Complexo Agroindustrial se consolidava na região, explorando a produção de citros (*in natura* e sucos). O crescimento dessas culturas também é grande, se bem que menor que o setor canavieiro (Gebara & Baccarin, 1984, pp. 4-5). Essas duas atividades, juntas, ainda dão o tônus do desenvolvimento econômico regional e formam o pilar de sustentação desta “Califórnia Brasileira”, título que só envaidece os privilegiados moradores desse rico interior paulista.

Porém, ao lado da riqueza ostentada pela região, outro cenário crítico foi desenhado pelas forças do mercado capitalista. Intensifica-se nesse mesmo período a exploração da mão-de-obra rural, outrora moradora na zona rural, vivendo sob o regime de colonato. Durante as décadas de 1960 e 1970 esse regime de trabalho se dissolve, com os colonos, em sua maioria, se mudando para a zona urbana, ocupando as periferias das cidades maiores ou as pequenas cidades, transformadas, em poucos anos, em cidades-dormitórios<sup>5</sup>.

Esses ex-colonos, agora trabalhando como assalariados temporários nas colheitas de citros e corte da cana, serão uma das bases da categoria dos trabalhadores volantes ou “bóias-frias”. Além dos ex-colonos, a região, tornada pólo atrator de mão-de-obra, recebe levas de trabalhadores rurais de vários estados (Minas, Paraná e Estados da Região Nordeste do país). Essa gama de ex-colonos e migrantes, pouco assistidos em suas carências, irão se acumulando ao redor dos canaviais e pomares. Do ponto de vista trabalhista, pouca ou nenhuma assistência têm, tanto que, até a greve de 1984, salvo raras exceções, o registro em carteira não era praticado. O próprio vínculo empregatício, quando existente, se dava não com o usineiro ou o proprietário da lavoura, mas com um agenciador de mão-de-obra (o empreiteiro ou “gato”)<sup>6</sup>.

No período imediatamente anterior às mobilizações dos anos 1980, durante a entressafra das principais culturas, esses bóias-frias buscavam sua sobrevivência em outras atividades agrícolas (capina, colheita de algodão, plantio de mudas de cana) ou partiam para atividades na zona urbana - sempre como mão-de-obra desqualificada. É nesse momento que se agudizam as condições

---

<sup>5</sup> Uma descrição interessante dessas cidades-dormitórios - sobretudo Guariba e Barrinha - está em Dancini, Eliane A. *Tempo, memórias e utopias: cortadores de cana em Guariba e Barrinha*. (Dissertação de Mestrado), São Paulo: PUC, 1989.

<sup>6</sup> Embora pode-se constatar melhoras nas condições de trabalho dos assalariados rurais, desde os anos 1980 até a virada do milênio, a subalternidade dessa categoria sempre a relega a uma existência trabalhista instável. Após anos de luta dos sindicatos da região pelo registro em carteira, novas modalidades de exploração como que repõem a provisoriedade desses trabalhadores, como o caso das cooperativas de mão-de-obra. Cf. Finardi, J. A. *O movimento sindical paulista entre divisões e dilemas*. (Dissertação de Mestrado) Unesp: FCL-Araraquara, maio/2000.

de vida desses trabalhadores que vêm bastante reduzidos os seus proventos, além do desemprego ser, no mais das vezes, inevitável.

As características dessa categoria, pouco reconhecida até o início dos anos 1980, passaram a ocupar algum espaço a partir exatamente de estudos acadêmicos pioneiros (D’Incao, 1975), bem como por inserções na mídia que objetivavam justamente a valorização do desenvolvimento econômico da agricultura regional, aparentemente isenta de maiores problemas sociais. Tanto a cobertura jornalística (de tom apologético) quanto a análise acadêmica de teor mais crítico, no entanto, não souberam prever a trágica irrupção desses trabalhadores na arena política nacional.

Pressionados pelas péssimas condições de vida e trabalho, os bóias-frias deflagraram um ciclo de mobilizações notável, que teria a cidade-dormitório de Guariba como seu epicentro. As greves dos “bóias-frias”, que se espalharam por dezenas de municípios (atingindo até outros Estados), se não apontaram diretamente para o assentamento de trabalhadores rurais em terras da região, demonstraram um potencial de luta desse segmento laboral que, até então, a própria pesquisa acadêmica duvidava (D’Incao, 1975). Esses acontecimentos de 1984/5 lançam por terra a idílica imagem de um contexto rural rico e pacífico. A partir de então, o histórico de luta e organização dos bóias-frias, apesar de altos e baixos, não seria mais negligenciado (D’Incao, 1985; Ferrante, 1992; Barone, 1996).

Tal publicização provoca, como efeito acadêmico colateral, a recuperação do histórico de luta e resistência da categoria dos assalariados rurais que tinha suas origens nas mobilizações de trabalhadores rurais do início da década de 1960, época da fundação dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (Ferrante, 1992). Duramente atingidos pela política de outorga do regime militar, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ficou imobilizado em sua estrutura, embora vez por outra “pipocassem” pequenas mobilizações das “turmas” no campo.

Nesse ínterim, no tocante à relação entre a luta dos assalariados – no geral por melhores condições de trabalho – e a reivindicação por terra, registra-se, antes mesmo da primeira greve de Guariba (1984), a mobilização dos funcionários da falida Usina Tamoio (Araraquara) em 1983, momento no qual, que pela primeira vez, propôs-se a distribuição de terras para os trabalhadores rurais (Ferrante, 1984).

A política de assentamentos rurais desenvolvida nessa região do Estado, objeto mais diretamente estudado neste trabalho, será também uma resposta estatal ao potencial de organização e contestação dos bóias-frias. Sua singularidade, no entanto, deve-se a um entrecruzamento bastante particular da mobilização dos trabalhadores rurais e das conjunturas políticas, tanto no âmbito do governo estadual quanto do governo federal. Trata-se de um campo específico

das políticas públicas, no qual um jogo de forças sociais irá, direta ou indiretamente, determinar ações no sentido de assentar famílias de ex-bóias-frias em meio a propriedades empresariais das mais produtivas do país.

Pode-se afirmar que a terra passa a compor o conjunto das necessidades dos trabalhadores rurais em três níveis: 1) reivindicada explicitamente pelos tradicionais sem-terras (posseiros, parceiros, ex-arrendatários, etc.); 2) não reivindicada explicitamente nas greves dos bóias-frias; e 3) incorporada pelo Estado como necessidade de reprodução dos trabalhadores. Refletindo sobre a postura do assalariado rural frente à reforma agrária, não se pode deixar de considerar as mobilizações, pontuais mas cada vez menos intermitentes, dessa categoria no sentido da conquista da terra, *“como meio de garantir a sua subsistência, como estratégia de sobrevivência, uma vez que nem o Estado, nem o capital fornecem estas garantias”* (Ferrante & Moraes, 1988, p. 47).

Mas, não apenas as motivações materiais estão em jogo. Segundo o líder sindical que mais interferiu no processo de constituição dos assentamentos na região conhecida como “Califórnia brasileira”, o que move o trabalhador *“não é o puramente econômico; é o desejo de independência: um negócio de raiz”* (Barone, 1996). A luta pelos assentamentos na região em questão, entrecruzamento das necessidades materiais e das aspirações culturais dos bóias-frias teve um impulso decisivo no ano de 1984.

Como resposta aos conflitos de Guariba (e toda a região), a Secretaria do Estado das Relações do Trabalho apresentou, em outubro de 1984, um plano batizado de “Propostas de políticas emergenciais para o desemprego sazonal dos bóias-frias”, que previa o cultivo de áreas ociosas, públicas e particulares, durante o período da entressafra. A implantação desse plano iniciou-se no final de 1984, mais ou menos na época do início da safra agrícola de verão, em cinco municípios do Estado: Penápolis, Brotas, Ipaçu, Paraguaçu Paulista e Rincão (Folha de São Paulo, 05/12/84). Mais conhecido como “Programa Bóia-Fria”, esse plano foi uma das origens institucionais do projeto de assentamento na Fazenda Monte Alegre, sobretudo a partir de discussões no município de Rincão, na região dos conflitos. A partir de 1985 – e na esteira de um novo governo federal (o primeiro civil, em mais de vinte anos) – o governo paulista dá início ao seu programa de assentamentos rurais, contrapartida do Plano Nacional de Reforma Agrária. Derivado desta iniciativa, o chamado “Programa de valorização de terras públicas”, foi outro componente da origem dos primeiros assentamentos instalados na “Califórnia Brasileira”.

### **Os assentamentos na “Califórnia Brasileira”**

Segundo dados publicados em 1995 pelo Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo, mais de 77% dos assentados nos primeiros núcleos do

Projeto de Assentamento Monte Alegre era de assalariados rurais (Ferrante & Bergamasco, 1995, p. 22). A presença maciça de ex-bóias-frias nesse projeto é patente, apontando para os liames entre os acontecimentos de Guariba e região nos anos de 1984/1985 e a política de assentamentos rurais promovida, no caso, pelo governo estadual. A constituição dos assentamentos rurais na região, portanto, é mais um capítulo da luta dos bóias-frias da região, sendo que os primeiros núcleos do P.A. Monte Alegre estão diretamente ligados às greves dos assalariados rurais.

Ainda em 1984, o CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal da Fundação Faria Lima) já discutia o “Programa Bóia-Fria” com o STR/Araraquara –importante núcleo organizador dos bóias-frias. Este sindicato, então, promoveu uma campanha que objetivava mobilizar trabalhadores desempregados para o assentamento. Com o *slogan* “Trabalhador que estiver desempregado, procure o sindicato”, foram cadastradas cerca de 200 famílias. A ação conjunta do STR e do CEPAM buscou apoio institucional para a demanda por terra, encontrando-o principalmente junto ao IAF (Instituto de Assuntos Fundiários)<sup>7</sup>.

Estes agentes elaboraram um documento contendo o anteprojeto agrícola do futuro assentamento que funcionaria como solicitação legal, ao firmar-se em disposições da política pública do Governo do Estado. Aprovado no início de 1985, o documento cita a região como sendo *palco de movimentos reivindicatórios de trabalhadores rurais volantes, consubstanciando-se em área de graves conflitos sociais*. A partir disso, reivindica-se uma área de 1.200 hectares no Horto de Silvânia<sup>8</sup> (a fazenda Monte Alegre), sendo reclamadas duas providências imediatas: a) passar para o IAF a administração dessa área e b) demarcar e cercar os limites entre o assentamento e o horto. O IAF assumiria a responsabilidade de coordenar a atividade produtiva das famílias cuja seleção seria feita pelo sindicato.

Num jogo de marchas e contra-marchas, sindicato, CEPAM e IAF buscaram sustentação a essa proposta. Dentro da própria Secretaria da Agricultura, os administradores da CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora) se colocaram contrários à liberação da área, prejudicando as negociações. Ao lado dessa ação eminentemente institucional, porém, um grupo de trabalhadores, liderados pelo sindicato, tenta, em 04 de julho de 1985, ocupar

---

<sup>7</sup> O IAF foi extinto, sendo incorporado pelo que hoje é a Fundação ITESP. Cf. Barone, L.A. Assistência técnica aos assentamentos de Reforma Agrária: da política reativa ao vazio de projeto. *Retratos de Assentamentos*. n° 8, 2000.

<sup>8</sup> O horto de Silvânia, também chamado de Fazenda Monte Alegre tem suas terras distribuídas por 3 municípios da região: Matão, Araraquara, Motuca (distrito de Araraquara emancipado na década de 1990).

as terras. As vinte e cinco famílias que participaram dessa ocupação foram despejadas logo a seguir. Esta ação, embora frustrada, teve a importância de confirmar uma disposição de luta por parte dos cadastrados pelo sindicato. Poucos dias depois, esses trabalhadores, que acabaram por se alojar no sindicato, voltaram à área pretendida com um outro grupo, desta feita para tomar posse da terra de forma definitiva.

É interessante notar como a tensão social gerada pelo desencadear das greves dos bóias-frias é inteligentemente manipulada pelo sindicato de Araraquara em sua pressão sobre o Poder Público. Conforme avaliado por Maria Edy F. Chonchol (1985), a habilidade da direção sindical é grande, ao *mover-se no contexto das duas políticas do Estado (o Programa Bóia-Fria e a política de assentamentos), provenientes de Secretarias diferentes (Secretaria das Relações do Trabalho e Secretaria da Agricultura)*.

Aproveitando a mesma maré que levou à instalação do primeiro núcleo, em 04/10/85 é assentado um segundo grupo de trabalhadores, que tinham como referência maior de origem a cidade de Sertãozinho, de onde partiu sua principal parcela. Com o apoio de políticos da cidade, sobretudo do PMDB (partido que governava o Estado à época), esse grupo iniciou sua trajetória em direção à terra em 1985, acampando no horto da fazenda Guarani, imóvel de propriedade da FEPASA, no município de Pradópolis. Despejados desse local, os trabalhadores mantiveram o acampamento na beira da rodovia que liga Pradópolis a Jaboticabal durante cerca de dois meses. Negociando com esses políticos de Sertãozinho e com o STR de Araraquara, o governo estadual transfere esses sem-terras para uma nova área na fazenda Monte Alegre. É o início do núcleo II.

Essa mobilização, sobretudo o acampamento realizado à beira da rodovia citada (pela qual trafegavam os caminhões de Guariba que levavam bóias-frias para a usina São Martinho) foi fundamental para despertar a atenção e o interesse de outros assalariados rurais pela questão da reforma agrária. A idéia de ocupar uma área, passou a ser discutida mais intensamente pelos trabalhadores de Guariba.

A efervescência política do momento, que tinha os bóias-frias de Guariba como um foco bastante ativo, também colocava nos meios de comunicação a reforma agrária como uma prioridade da “Nova República”. Então, mais um grupo de trabalhadores – este praticamente todo de Guariba – mobiliza-se para ser assentado. Contando com apoios locais (como o prefeito municipal e o presidente do STR de Guariba), o grupo peregrinou ao menos duas vezes para a capital, tendo audiências com o governador e com o candidato do então PDS ao governo do Estado (Paulo Maluf). Não conseguiram nada com isso, mas não se desmobilizaram e partiram para a ocupação, revelando tanto a disposição

de luta dos trabalhadores, bem como seu distanciamento do governo estadual e do próprio STR de Guariba<sup>9</sup>.

Por outro lado, os trabalhadores que se reuniam no STR de Araraquara tiveram mais sorte, já que essa entidade, juntamente com o IAF (a partir de 1986, elevado ao *status* de Secretaria de Estado), coordenou a seleção de um grupo deles para o assentamento em mais uma gleba da fazenda Monte Alegre. Essa seleção foi oficial, sendo o núcleo III o único que não se originou diretamente da mobilização de bóias-frias, mas a partir de uma iniciativa das instâncias públicas. As trajetórias desses dois grupos distintos, com percursos e dificuldades diferenciadas se cruzaram em maio daquele ano, quando cerca de 60 famílias de Guariba acampam na chamada “área da loba”, dentro da fazenda Monte Alegre. Essa área, porém, já estava sendo preparada para o assentamento daquele que seria o núcleo III do projeto de assentamento oficial.

Pressionados tanto pela CAIC quanto pela SEAF (Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, denominação de então do antigo IAF) esses trabalhadores foram transferidos para o viveiro do horto, onde permaneceram durante praticamente seis meses até se transferirem definitivamente para uma área na fronteira leste da Monte Alegre, onde se instalou o núcleo IV do projeto de assentamento rural daquela fazenda. Antes disso, em agosto de 1986, dezoito famílias foram assentadas na “área da loba”, constituindo-se, assim, o terceiro núcleo de assentamento rural naquele imóvel público.

Nos anos seguintes, o fluxo de entrada na terra naquela área pública não se esgotou, embora nenhum novo núcleo fosse instalado na fazenda Monte Alegre durante o governo do sucessor de Franco Montoro, Orestes Quércia (PMDB, 1987/1990). Vários grupos de sem-terra (basicamente oriundos do segmento assalariado rural regional) acamparam na Monte Alegre nos anos seguintes. Alguns foram absorvidos pelos quatro núcleos lá instalados, outros foram transferidos para o assentamento Bela Vista do Chibarro, projeto implementado pela INCRA no mesmo município de Araraquara. Apenas um dos grupos, que acampava no interior da Monte Alegre desde 1988 foi assentado numa área nova, dando origem ao núcleo V daquele Projeto de Assentamento, com 32 lotes agrícolas instalados entre 1991 e 1992.

O Projeto Monte Alegre sofreria, no entanto, a sua maior ampliação durante o primeiro governo de Mário Covas (1995-1998). Ainda basicamente constituídos por ex-assalariados rurais da região, serão instalados ali o núcleo VI (o maior dos núcleos deste P.A., com 88 lotes) e uma nova parte do núcleo III, também muito maior que os demais. Além da ampliação, estes novos núcleos

---

<sup>9</sup> A trajetória do STR de Guariba e de seu presidente, José de Fátima é um capítulo interessante da organização e luta da classe trabalhadora rural paulista. Cf. Barone, 1996.

têm uma configuração territorial diferenciada, sem agrovilas centralizadas (todos os assentados moram em seus lotes de produção), mas com uma área comunitária onde foram construídos uma escola e um centro comunitário. Na mesma época - e fruto do mesmo grupo de trabalhadores que acampou durante anos na área da Monte Alegre – foi instalado pelo ITESP um núcleo isolado de assentamento, no Horto Florestal de Bueno de Andrade (na mesma região do município de Araraquara). Esta área, com as mesmas características legais da Monte Alegre, recebeu um excedente de famílias que não encontraram lugar na Monte Alegre, cujas terras já estariam totalmente ocupadas por assentados. Segue abaixo um quadro atualizado da configuração destes assentamentos:

**QUADRO I -Distribuição de lotes e famílias por núcleo e município - P.As. Monte Alegre e Bueno/ITESP**

Núcleo	Município	Lotes	Famílias
M.A. I	Motuca	49	49
M.A. II	Motuca	62	62
M.A. III	Matão/Araraquara	Araraquara - 57 Matão – 19	Araraquara - 81 Matão – 19
M.A. IV	Motuca	49	49
M.A. V	Motuca	34	34
M.A. VI	Araraquara	88	88
H. BUENO (apêndice do P.A. M. Alegre).	Araraquara	31	31

Fonte: ITESP/Séc. Saúde (DIR-Araraquara).

**Assentamento em terras da usina?**

Se o conjunto que contou com os primeiros assentamentos na região (Monte Alegre/Horto de Bueno de Andrade) foi fruto de uma política estadual de reforma agrária e ocupou áreas públicas, nessa mesma conjuntura de retorno a um governo civil no país, um projeto de assentamento será implantado em terras pertencentes a uma usina de açúcar, tipo de empreendimento que hegemoniza a economia regional. Diferentemente dos núcleos do Monte Alegre (e Horto de Bueno), o Projeto de Assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado no município de Araraquara, é originário de uma desapropriação de terras da Usina Tamoio, ocorrida em 1989, ainda no bojo do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

A Usina Tamoio tem uma importância histórica singular na região, chegando a ser, nos anos 50, a maior fabricante de açúcar do Brasil (falava-se, na época, que a Usina Tamoio tinha a maior moenda de cana do mundo). Como uma seção da Tamoio, a Bela Vista seguiu de maneira paralela sua ascensão e decadência. Nos anos 1970, a Tamoio já vivia uma situação crítica, o que pode

ser exemplificado pela sua não participação no Pró-Álcool, programa governamental que impulsionou a agroindústria canavieira em todo o país.

A história da luta pela terra na Usina Tamoio tem início em 1983, quando da decretação da falência da empresa. Nessa ocasião, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araraquara lidera um grupo de empregados em sua reivindicação por desapropriação da área e assentamento dos trabalhadores como forma de ressarcimento das dívidas trabalhistas. À época, tal reivindicação não foi contemplada: numa disputa com outras entidades sindicais (como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação), o STR perde seu espaço no movimento e os trabalhadores optam por indenizações em dinheiro.

No entanto, o pedido de desapropriação, à época enviado ao INCRA, é retomado pelo STR numa nova conjuntura política do país, a da transição democrática e da vigência do Plano Nacional de Reforma Agrária (governo José Sarney, 1985-1989). A questão da Usina Tamoio volta à baila no final da década de 1980. Em 1988, como forma de pressionar pela desapropriação de uma parcela da Usina Tamoio, o STR começa a chamar famílias cadastradas pela entidade para ocuparem a Bela Vista. Vários grupos de trabalhadores (da própria região e de fora) entram na Bela Vista, até que - em dezembro de 1989 - é assinada a desapropriação dessa seção da Usina Tamoio. Vários grupos de trabalhadores rurais entraram na Bela Vista durante os anos iniciais do projeto (1988/89-1992), perfazendo um total aproximado de 180 famílias moradoras no P.A. Esta diversidade de grupos e de origens regionais (muito mais acentuada do que no caso dos núcleos do Monte Alegre), será geradora de divisões políticas bastante demarcadas nos primeiros anos do projeto. Seu desenvolvimento, porém, terá na problemática integração ao sistema produtivo da cana-de-açúcar o maior pólo de conflito, de uma certa maneira fechando um ciclo de contradições sociais que tem justamente na economia sucro-alcooleira seu principal eixo.

### **Os modos de vida dos assentados da região**

Tentar definir os assentados em bloco, como uma categoria social homogênea, enfrenta dificuldades conceituais não pequenas, sobretudo no confronto quase que cotidiano com dados da realidade empírica dessas experiências. Sua inserção econômica, periférica e estranha à estrutura econômica dominante na região, não permite decalcarmos uma identidade de classe definitiva, razão pela qual a própria existência empírica desses sujeitos sociais foi muitas vezes negada ou incompreendida. Oriundos, em sua maioria, diretamente de uma situação de proletarização - para muitos estudiosos, sina irreversível de qualquer categoria de trabalhadores rurais - sua classificação como “agricultores familiares” também deve ser vista com reticências. A

intervenção estatal, realidade permanente para esses trabalhadores é um elemento complicador desta discussão.

O assentado, assim, surge num primeiro momento como um produto direto da ação do estado, tendo sua identidade moldada por projetos que lhe são, em muito, alheios. A resistência dos trabalhadores e suas famílias às imposições estatais constituem-se, portanto, numa pista importante na tentativa de constituição de uma identidade própria para esta nova categoria de trabalhadores. Suas estratégias frente às sempre muito ineficientes iniciativas oficiais compõem um quadro complexo de recuperação de traços do camponês tradicional acrescido de inovações sociais e políticas que a trajetória de cada trabalhador, cada família ou grupo mais ou menos organizado vai desenhando no confronto com a realidade sempre muito difícil da vida num assentamento rural. Conflitos e cooperações se sucedem, transformando os assentamentos em verdadeiros laboratórios sociais, enquanto urdem sua integração ao contexto regional.

Um estudo sociológico desses novos espaços sociais constituídos a partir da instalação dos projetos de assentamentos na região deve focar distintas esferas da ação social dos assentados. As pesquisas realizadas nessas quase duas décadas de atividade do Nupedor acabaram por desenvolver uma perspectiva centrada na noção de modos de vida, cuja principal característica é ser multidimensional, dando conta de uma gama de situações e relações que a investigação continuada revelou. Os modos de vida, ricas tramas empíricas de relações que os trabalhadores assentados mantêm entre si como também com os distintos agentes sociais com os quais se defrontam, na busca de permanecer na terra e garantir sua integração social e política no entorno, significam uma maneira não absolutizada de compreender o sentido complexo desta categoria de trabalhadores rurais.

### **Códigos tradicionais e estratégias familiares**

Na investigação levada a cabo a fim de se conhecer mais sobre a sociabilidade e os modos de vida dessas populações, destaca-se a hipótese desses trabalhadores buscarem, em sua tentativa de reorganizar suas vidas, o recurso ao denominado modelo cultural camponês, algo fortemente enraizado em sua mentalidade, mesmo que estes já tivessem vivido a experiência da proletarização (alguns até mesmo há décadas). Pode-se falar, então, da "economia moral" desses trabalhadores, que orientaria suas ações e a maneira como constituem suas relações, como um modelo racional de conduta, compreensão e reconhecimento<sup>10</sup>. A reciprocidade "horizontal", preconizada como regra pelos códigos morais do trabalhador rural, pode construir uma rede de

---

<sup>10</sup> Cf. Barone, 1996.

relações funcionais na permanência dessas famílias na terra.

Essas “redes familiares” estão disseminadas em todos os núcleos, sendo por vezes perturbadas quando em contato com uma lógica diferente a dos mediadores - técnicos do governo e dirigentes sindicais - provocando sérias conseqüências no processo organizativo interno dos P.A.s. Num exemplo bastante eloqüente dessa recuperação da sociabilidade tradicional como estratégia de desenvolvimento, o núcleo IV do P.A. Monte Alegre potencializou sua organização interna através desse “modelo camponês”, tendendo a sobrepor a ordem familiar - e sua teia de relações - a todos os espaços de sociabilidade e subordinando a esta até mesmo o regime de trabalho em grupo.

Sob o olhar burocrático dos órgãos públicos, a dinâmica familiar que penetra em todos os interstícios da sociabilidade no assentamento é por demais discreta, não configurando – no mais das vezes – nenhum grupo formal. O ITESP, órgão público promotor da experiência de assentamento na Monte Alegre, não leva em conta nos seus planos essa estrutura tão absorvente. Porém, a prática cotidiana dos técnicos desse órgão não pode deixar de levar em consideração os grupos domésticos (alguns tornados arqui-inimigos da ação estatal). A discrição, então, não esconde a influência das famílias mais organizadas. E, no caso do núcleo IV, a influência é muito grande: a família vai se impondo e aumentando sua força.

Assim, os técnicos respeitam as iniciativas dos grupos familiares, bastante autônomos em relação a eles. Se desde os primeiros tempos existem divergências entre a opinião dos agrônomos e a dos assentados do núcleo IV, como na recusa de mudar-se para a área determinada para ser agrovila, a família extensa que lidera os trabalhadores nesse assentamento tem por várias vezes feito valer sua vontade diante das imposições estatais.

A liderança, não explícita, mas eficaz, desse grupo familiar no núcleo IV aparece como de importância fundamental para o desenvolvimento social do P.A. A partir de uma rede familiar ampliada, esses trabalhadores irão lograr uma maior capacidade de permanência na terra, justamente nos primeiros anos de assentamento, momento em que a evasão foi, no conjunto do Monte Alegre, bastante acentuada. Através da instituição do compadrio, que se dá mediante as cerimônias religiosas católicas (casamentos, batizados e crismas), reforçam-se laços familiares já existentes (como entre tios e demais parentes cognatos), como também se estendem esses laços para outros (aos então chamados parentes fictícios), amplificando a rede familiar. Curiosamente, verificou-se no núcleo IV que os homens levam muito em consideração esta questão aparentemente restrita ao universo feminino, o que, além de revelar uma forte religiosidade e apego aos valores tradicionais, mostra que o compadrio é uma importante referência nos domínios do trabalho, dos negócios e da associação política.

A reciprocidade de molde tradicional se manifesta, no entanto, de maneira ambígua entre os compadres, sendo observado que essas relações obedecem a critérios melindrosos. A recusa em atender ou apoiar alguém indicado por um compadre pode ser considerada uma “desfeita”, mudando o rumo da relação. Assim é que as relações calcadas a partir do parentesco, sobretudo o cognato e o fictício, se por um lado podem estabilizar os grupos assentados, por outro, quando entram em “curto-circuito” - (ou seja, quando compadres e parentes se desentendem - o prejuízo é exponencialmente maior.

No núcleo I, onde reside a maior família do projeto Monte Alegre, a pesquisa observou que a interferência de agentes externos dividiu o grupo de parentesco, afastando os compadres e gerando graves desavenças. Assim é que as inimizades e disputas foram justamente entre compadres. Pelo fato de um deles ser aliado do Sindicato de Araraquara, entidade que a potencial “família líder” desse núcleo fazia oposição, o mesmo se lhes tornou um desafeto. A crise entre os compadres não teve um desfecho tranqüilo: certa feita a esposa do compadre inimigo foi esfaqueada por um dos membros da “família líder”. A divisão política advinda do exterior do âmbito doméstico (alinhamento ou não ao sindicato) levou à quebra das regras de conduta baseadas nos códigos morais. Se a soma de forças necessária para vencer as dificuldades na terra é contemplada pelo estabelecimento da instituição do compadrio – vetor da reciprocidade horizontal preconizada pelos códigos morais – a análise dos exemplos concretos dessas relações revela o equilíbrio instável desse constructo social.

Se a economia moral dos trabalhadores rurais impõe um jogo de solidariedade horizontal (entre iguais), tendo por base o grupo de parentesco, os assentados põem a nu, também, através da maneira de se relacionarem com agentes sociais de fora do assentamento, a reciprocidade com o desigual, tecendo alianças ou cobrando comportamentos dentro da lógica da patronagem/clientela. Assim é que os técnicos do ITESP acumulam experiências, as mais diversas, nesse sentido. Por vezes eles são aliados, recebendo agrados na expectativa de retribuir, como representantes do Poder Público Estadual, com algum privilégio ou vantagem. O contrário também é comum, colocando o agente oficial na qualidade de inimigo, por ser “mais amigo” de algum rival, ou simplesmente por não corresponder às expectativas dos assentados. É nesse contexto que muitos agrônomos reclamam de uma postura “excessivamente paternalista” que eles não querem ter, mas que os assentados lhes cobram.

Submerge, assim, uma proclamada consciência política dos trabalhadores sem-terra, no imenso oceano da economia moral. Pode-se falar mesmo da operação de duas lógicas na organização dos projetos de assentamentos. A primeira, a dos técnicos, obedeceria à racionalidade moderna, operando através dos imperativos da impessoalidade e do contrato comercial. A segunda, a dos

assentados, ratificaria os “códigos de re-conhecimento social” (Barone, 1996), decalcados de uma economia moral que orienta os trabalhadores em suas ações.

### **Sociabilidade política e modos de vida**

Mas não apenas a tradição, que pode fazer supor uma repetição do passado é um elemento importante na constituição desse novo espaço social. A análise das ações dos assentados, em sua busca por inserção social, econômica e política no entorno, revela também um tanto de inovação. A invenção é, por assim dizer, cotidiana nessa situação de assentamento. A remissão a códigos e valores ditos tradicionais surge, então, como uma forma de representar, compreender e enfrentar os não pequenos obstáculos dessa travessia.

Contudo, o convívio entre esses trabalhadores apresenta desafios que parecem estar fora do alcance dos modelos tradicionais que a pesquisa do Nupedor testou em várias situações. O estudo das relações políticas nos assentamentos tem sido exemplar no levantamento de pistas sobre o esforço inovador dos trabalhadores assentados. Um histórico de conflitos internos – geralmente avaliados como indicador de incompatibilidade com as exigências da gestão autônoma desses territórios – revela, numa observação mais acurada, justamente o contrário: os passos decisivos dessa população no sentido de conquistar sua emancipação política, através de um jogo específico no campo do poder (Bourdieu, 1989), mesmo que no território restrito de um Projeto de Assentamento.

Para essa análise, o assentamento Bela Vista é particularmente interessante. Isso porque o histórico desse projeto tem, como característica marcante, uma ausência de conflitos no período de ocupação das terras (Rosin, 1997), seguida, após a instalação das famílias, de um período bastante turbulento de conflitos internos entre diversos grupos. Para esses trabalhadores, a dramática reconstrução de suas vidas num novo território terá no campo da organização política uma esfera rica em tensões e conflitos.

O espaço social do assentamento será pontuado por esses conflitos que – ao longo dos anos – marcarão decisivamente suas relações políticas internas. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente – no processo de sua integração ao contexto regional – tais se apresentarão, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes do próprio assentamento – o que resultará numa dinâmica política singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo. Os conflitos, então, podem ser compreendidos a partir da operação de racionalidades distintas, orientando as estratégias dos assentados para melhorar suas posições no interior desse campo específico.

A dinâmica das assembleias indica fragilidade no tocante a um certo processo de deliberação, muitas vezes dependente de agentes externos ao

assentamento (presidente do sindicato, técnicos do ITESP, agentes da CPT). Porém, a constituição do campo político no assentamento terá, nos mecanismos de instituição dos coordenadores internos - bem como no encaminhamento de suas gestões - um indicador muito preciso de seu desenvolvimento. Os distintos grupos que foram assentados na Bela Vista sempre estiveram, de alguma maneira, representados nas disputas políticas internas - seja na eleição de representantes, seja nas organizações associativas internas. Isso mesmo após uma certa absorção e aparente homogeneização sob influência do Sindicato. Por outro lado, a atuação das lideranças dos grupos nem sempre buscou atender aos interesses dos seus agregados, sendo comum às reclamações de iniciativas políticas com fins exclusivamente pessoais.

Um certo tipo de desautorização, bastante comum no encaminhamento de decisões coletivas no assentamento, será - por sua vez - instrumento de crítica a uma ou outra liderança. Além de incentivarem um certo padrão de comportamento individualista, tais desobediências também enfraquecerão o conjunto dos trabalhadores em suas deliberações e prejudicarão as lideranças envolvidas nessas pendengas, podendo ser importante fator na sucessão das coordenações internas. Por outro lado, diante do verdadeiro *imbróglia* institucional e de encaminhamento dos projetos por parte dos órgãos oficiais, tal desobediência, por vezes, pode ser encarada como recusa de aceitar as imposições - de conseqüências claudicantes - do Estado.

A presença ativa das lideranças do grupo de Promissão, nos primeiros anos após sua chegada, irá determinar uma concorrência política que terá, como um dos epicentros, a disputa pelo posto de coordenador do assentamento. Assessorados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), esses trabalhadores irão reagir ao estigma forjado quando de sua chegada não desejada competindo, primeiro no campo das organizações associativas (a concorrência entre Cooperativa - montada pelas lideranças próximas ao Sindicato - e as Associações, geradas a partir do trabalho da CPT) e depois - entre 1993 e 1994 - vencendo as eleições para a coordenação interna do P.A..

A administração da COAPRA (Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores Rurais de Araraquara) - que terá sob sua responsabilidade um parque de máquinas grande e uma extensa área para prestar serviços na Bela Vista - acaba por exigir bastante dos líderes mais capacitados do grupo identificado com o Sindicato, absorvendo-os nas divergências que eclodiram já ao final do seu primeiro ano de atividades (safra agrícola de 1991/92). Enquanto isso, com uma parcela menor de serviços e recebendo intensivo acompanhamento do agrônomo da CPT, o único trator do grupo dissidente (Associação Canaã de Chico Mendes) não gerará grandes conflitos, ao menos em seu primeiro ano de trabalho.

As eleições municipais de 1992 também influenciarão essa aparente supremacia do chamado grupo de Promissão. O apoio dado pela CPT ao presidente do Sindicato, que era o candidato do PT à Prefeitura de Araraquara, facilitou as relações políticas entre os grupos rivais.

A guinada na direção do assentamento, privilegiando o grupo de liderança assessorado pela CPT, não ocorreu, portanto, de uma maneira especialmente conflituosa. Neste aspecto, o jogo no campo político no período inicial do P.A. encaminhou-se em relativa tranquilidade, sobretudo no tocante à oposição entre o grupo do Sindicato e o grupo dissidente apoiado pela CPT. As afinidades entre as propostas de organização patrocinadas pelo DAF/ITESP e pela CPT, agências de mediação atuando na racionalização do campo da organização da produção, sem dúvida, explicam essa sucessão pacífica.

Novos eixos de tensão política irão determinar conflitos mais sérios, ao mesmo tempo que as agências de mediação – CPT de uma parte e Sindicato de outra – se esforçarão para manter sua disputa política ativa, mas sem explícitas manifestações de hostilidade. O endurecimento do conflito interno terá a reimplantação da cultura da cana-de-açúcar naquela área como foco principal. Estará sob responsabilidade de um grupo de trabalhadores, identificados com a Associação Independente, essa iniciativa polêmica no assentamento.

A trajetória dos trabalhadores que formaram a Associação Independente explica, em muito, essa posição fortemente contrária aos agentes do Estado e “pró-cana”. Parte deles era do grupo de Promissão, cuja chegada foi bastante hostilizada pelos agentes do DAF/ITESP local, sobretudo devido ao alinhamento político entre este órgão e o Sindicato. Outros trabalhadores da Associação Independente foram inicialmente integrantes da COAPRA, cuja dificuldade em levar a cabo os serviços de preparo do solo no ano agrícola 1991/92 acabou por prejudicá-los. O descontentamento desses produtores provinha do *imbróglio* financeiro no qual foram lançados, ao tomarem empréstimo dos bancos sem poderem concluir as necessárias tarefas para a produção.

A Associação Independente transforma-se, então, na oposição mais sistemática à atuação das lideranças estabelecidas no assentamento, bem como aos principais agentes externos que lá exercem alguma influência (Sindicato, ITESP/DAF e CPT). Sua participação na Comissão Interna dura pouco tempo, indispondo os "independentes" com todos os outros integrantes da Comissão. Os motivos mais concretos dessa "briga", bem como sua dinâmica no espaço social do assentamento, explicam a fragmentação interna que permanece até hoje na Bela Vista. Verifica-se, aí, a racionalidade dos agentes na busca de superarem as dificuldades na esfera da produção. A maneira como essa estratégia se desenvolverá, no contexto dos “recursos” políticos e econômicos “disponíveis” (Giddens, 1989) será geradora de mais conflitos.

Com relação ao apoio da Associação Independente à reimplantação do

cultivo de cana-de-açúcar na Bela Vista, seu principal líder sempre argumenta que este "projeto" garantiu "emprego para a população do assentamento" e que o objetivo final da Associação é trabalhar para a industrialização da cana no interior do assentamento. Entre 1999 e 2001, este grupo conseguirá recursos para implantar, de forma extensiva, a cultura da cana na Bela Vista. É digno de nota que, nessa época, a Associação Independente trouxe para trabalhar no plantio de cana no assentamento tratores e implementos da usina que firmou contratos com os assentados, caracterizando – ao menos para os adversários desse grupo – o arrendamento das terras da Bela Vista à Usina.

Apesar de uma certa agressividade verbal, nenhum conflito com vítima aconteceu nesses anos iniciais do assentamento, quando se observa apenas a dinâmica de suas disputas políticas. Nesse campo, o conflito se sucede aos acordos e aos momentos de temporização. A eleição de alguns coordenadores, embora sempre em meio a disputas acirradas, teve esse efeito pacificador. Isso foi particularmente notável no caso de Geraldo Stravatti, eleito em 1991 e reeleito em 1992. Esse assentado, embora não contasse com a participação do grupo de Promissão em sua eleição – num claro movimento político de boicote – atravessou dois mandatos mantendo boa relação com os dissidentes.

O primeiro coordenador do grupo de Promissão eleito também exerceu dois mandatos (1993/1994 e 1994/1995) com relativa tranquilidade. Foi em sua gestão que se formou a Comissão Interna, caixa de ressonância dos conflitos políticos internos e verdadeiro fórum de decisão no assentamento. Assim, em meio aos conflitos recorrentes na Bela Vista, constata-se um comportamento que atua de forma a negar o caminho da hostilidade, é a presença dos que, em suas próprias palavras, "*não querem briga*". Embora tal definição caiba para muitos daqueles que não participam ativamente do campo político, alguns dos líderes que exerceram representação no assentamento adotaram esse estilo mais conciliador.

O campo de disputas constituído pelos grupos identificados tanto com o Sindicato quanto com a CPT (este, muitas vezes confundido com o grupo de Promissão) ou com a Associação Independente, será produzido pelos – e produto dos – discursos que suas lideranças proferem. Nesse aspecto, o desenvolvimento das lideranças e seus respectivos posicionamentos, refletem diretamente a disputa pelo "poder simbólico", do qual fala Bourdieu.

Fazer parte dos "*que estavam aprendendo a lutar*", ou dos que "*são compromissados com o assentamento e a reforma agrária*", ou ainda dos que são "*socialistas*" e enfrentam o poder e a influência dos que "*distorcem todo o processo da reforma agrária*", expressões utilizadas pelos assentados, em depoimentos colhidos, são características auto-identificadas que pontuam as falas das lideranças, elementos da consciência discursiva mobilizadora de

forças sociais, através "*da legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia*" (Bourdieu, 1989, p. 15).

Para além da produção dos discursos sobre si e sobre os outros, sem dúvida um elemento importante na racionalidade imprimida pelos agentes em suas disputas políticas, uma certa postura diante da imposição - ou tentativa de imposição - de regras, pode levar ao que D'Incao e Roy (1995) chamam de círculo de *invalidações recíproca*, outro elemento notável na ação das lideranças que dinamizam o campo político no assentamento. As recorrentes desautorizações de decisões tidas como "coletivas", se às vezes enfraquecem os fóruns de deliberação, em outras ocasiões reforçam a posição de determinados líderes ou grupos. Foi assim em todo processo que legitimou a Associação Independente e suas lideranças. Ser contra a expulsão de trabalhadores ou ser a favor dos que plantaram cana – sempre numa atitude oposta às deliberações da Comissão de entidades do assentamento – foram iniciativas executadas a partir de um cálculo político bastante racional e eficaz. Essa racionalidade prática, de caráter estratégico, muitas vezes é avaliada negativamente (vista como “irracional”) pelos estudiosos e técnicos.

Porém, a não colaboração com a comunidade, mais especificamente a desautorização de decisões coletivas, se é um motivo constante de brigas no interior do assentamento, o é justamente porque, muitas vezes, se inscreve no campo das disputas políticas, contrapondo líderes e grupos em busca de legitimação. Até quando existem atitudes individuais refratárias a decisões no assentamento, tais comportamentos podem significar uma tomada de posição claramente racional contra o desacerto institucional que representa a política de assentamento perpetrada pelo INCRA e pelo ITESP. O conflito põe em evidência a tensão sobre a qual as relações sociais serão construídas. Mesmo a inimizade ou a guerra, já o disse Simmel. Este clássico propõe a superação da dicotomia simplista entre *conflito* e *harmonia*, já que o primeiro *é um modo de conseguir algum tipo de unidade* (Simmel: 1986, p.122). A busca de legitimidade ou *reconhecimento* (Bourdieu, 1989) também aponta para o conflito como ingrediente da dinâmica de disputa de um certo tipo de capital cuja posse, ou não, posicionará os agentes no campo e direcionará suas lutas. Mais do que “brigas”, os assentados e suas organizações de base experimentam o duro aprendizado das relações políticas democráticas.

### **As alternativas econômicas nos assentamentos: entre a diversificação agrícola e a monocultura canavieira**

A trajetória produtiva dos assentamentos na região de Araraquara oscila entre a produção de grãos nos anos iniciais, uma busca por diversificação agrícola - que vai da fruticultura a algumas experiências isoladas de produção orgânica – chegando a uma mal resolvida – política e juridicamente – integração ao

complexo agroindustrial sucro-alcooleiro.

Estimulada pelo órgão técnico que presta assistência aos P.A.s no Estado (DAF/ITESP) a cultura de grãos – notadamente o milho – é a primeira a ser desenvolvida pelos produtores assentados em larga escala. Durante os primeiros anos, tanto no Monte Alegre quanto na Bela Vista, essa produção foi praticamente exclusiva. Ressalta-se que, apesar de alardeados resultados recordes, tal iniciativa, num médio prazo, levou à estagnação e à inadimplência dos assentados.

No Monte Alegre, nos primeiros anos agrícolas enfrentados pelas famílias ali assentadas (1985-1986), o DAF/ITESP, com a anuência da liderança sindical que encabeçou a luta desses trabalhadores, impôs a produção coletiva de grãos (arroz, amendoim e milho). Essa estratégia, racional do ponto de vista técnico, redundou em desavenças entre os trabalhadores – e destes com os técnicos – o que prejudicou o planejamento econômico e alternativo de arranjos produtivos que privilegiassem as expectativas dos assentados. Além disso, um cronograma de investimento truncado – como no caso da correção do solo – só levou a uma queda brusca da produtividade e, conseqüentemente, à inadimplência dos assentados junto aos agentes financeiros que assistiam aos P.A.s.

Em poucos anos, essa situação cria uma expectativa nos trabalhadores em relação a uma proposta de plantio de cana-de-açúcar no assentamento, em parceria com uma usina do município de Motuca (Stetter, 2000). Patrocinado pelo prefeito dessa cidade, o “consórcio para plantio de cana”, embora dividisse as opiniões neste P.A., sofreu forte resistência por parte das lideranças ligadas ao sindicato e também do ITESP. Desde esse episódio, em 1993, a cana entrará e sairá de cena pelos próximos 10 anos, até o ITESP, enfim, regularizar, entre 2002/2003, a produção de culturas agroindústrias nos P.A.s instalados pelo governo estadual. Na prática, uma vitória dos patrocinadores da cana no Monte Alegre.

As questões que acompanharam a polêmica da implantação da cultura da cana nos assentamentos também repercutirão na apreciação acadêmica do fato. Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistem em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana seria mais um episódio do *natimorto processo da integração dos assentamentos na região* (Pinassi e Queda, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, insistindo na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos em suas diferenciações – e não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista – o “consórcio” deve ser compreendido como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local e a inserção nos

sistemas produtivos regionais: mediações que têm que ser pensadas de uma perspectiva multidimensional e não unicamente por uma determinação econômica.

No final de 1993, o então Prefeito do Município de Motuca lança na grande imprensa e nos meios de comunicação locais, o discurso de que levaria à redenção o assentamento da Fazenda Monte Alegre denominado por ele de “*favela rural*”, através de um consórcio entre assentados e a usina açucareira Santa Luiza Ltda para o plantio da cana-de-açúcar. Críticas a esta opinião estigmatizadora, explicitadas em documento organizado por um grupo de assentados afirmando que o “*plantio de cana é uma proposta de usineiros e não de um prefeito que deseja resolver os problemas do homem do campo*” provocaram divisões entre os próprios assentados, os técnicos do DAF e demais agentes ligados ao P.A. Monte Alegre, criando-se um campo de disputas no qual o prefeito, revestido da figura de bom patrão, procura isentar-se de maiores responsabilidades.

O consórcio, anunciado como a única perspectiva de viabilizar economicamente os assentamentos de trabalhadores rurais assenta-se, na verdade, no atributo de ser o bóia-fria incapaz de “tocar a terra”. A omissão do Estado não é discutida. A plantação de cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados pelo consórcio, um aumento do poder aquisitivo do assentado. Dos 16 hectares de terra de cada assentado, 12 seriam utilizados para plantação de cana-de-açúcar, cultura que, comprovadamente, não tem rentabilidade econômica em pequenas unidades de produção. Nos 4 hectares remanescentes, o assentado poderia plantar o que quisesse, dependendo de sua livre decisão.

Entretanto, o exame das peças constitutivas do consórcio nos põe diante de um quadro, no qual a liberdade e autonomia são desfeitas, sendo recriada uma típica forma de assalariamento. Poderes e controles a esquadrihar o novo espaço social, reenquadrando-o nas marcas do “trabalho cativo”. A Usina deveria formar turmas para o plantio e posteriormente para o cultivo dos canaviais, utilizando exclusivamente mão-de-obra dos assentados, recrutando, de imediato, um trabalhador por família consorciada e admitindo-o como seu funcionário. Sob os benefícios sociais anunciados como vantagens do vínculo empregatício, configura-se a perspectiva de ser efetivado o consórcio, voltando o assentado à condição de proletário rural.

Tal proposta foi duramente criticada pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, pelo Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) e pelo próprio INCRA, especialmente pelas ambigüidades acenadas na perspectiva do assentado ser consorciado. A Usina, ao enunciar, dentre os benefícios de cessão de parte da área do assentamento à plantação de cana, o fornecimento de meio litro de leite de soja por dia para cada criança, além de 30 toneladas de bagaço

auto-hidrolizado, a manutenção permanente das estradas de acessos aos assentamentos, o controle de erosão dos solos e sua recuperação através da aplicação de calcário, adubos e vinhaça, tenta realimentar as expectativas dos assentados de ter, na condição de consorciados, um “bom patrão”. O documento oficial que define as cláusulas do consórcio colocava como possibilidade a “redenção dos assentamentos”, sendo aventada a possibilidade da Usina ocupar o papel do Estado na administração dos assentamentos contraposta à perspectiva dos assentados perderem suas terras em curto prazo face à aceitação de tal arrendamento, hipótese defendida pelos críticos do consórcio.

Em meados de 95, a usina reaparece no núcleo da Fazenda Monte Alegre com uma proposta de consórcio modificada, o qual estipulava 50% dos lotes para o plantio de cana-de-açúcar, sendo retirados todos os benefícios diretos e indiretos presentes no modelo anterior. Houve uma contraproposta do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e do DAF, no sentido de continuidade da gestão e administração dos assentamentos, caso a parceria se efetivasse. A parceria começa a ganhar mais adeptos. Um projeto piloto para plantio de cana-de-açúcar é apresentado, supondo a constituição de uma cooperativa que deveria ser credenciada como responsável para conduzir as mediações entre os trabalhadores e a iniciativa privada, com a garantia de parceria, na fiscalização com o DAF.

O projeto piloto pressupunha que a cooperativa, sob supervisão do DAF teria poder de livre negociação com empresas do setor sucro-alcooleiro. Condições são definidas: utilização máxima de 50% do lote agrícola de cada participante, responsabilidade da Usina para os serviços de mecanização, preparo de solo, calagem, adubação e sulcamento, operações de plantio feitas pelos trabalhadores com utilização de mão-de-obra familiar, serviços de carregamento e transporte contratados pela cooperativa.

Em princípio, os termos do projeto piloto pareciam respeitar a autonomia dos assentados, harmonizando interesses dos produtores, dos órgãos técnicos, dos sindicatos. A previsão de avaliações intermediárias do processo, com a participação dos diretamente envolvidos parece dar a este segundo ato de entrada da cana nos assentamentos, um caráter mais coletivo, que estava absolutamente ausente das formas e papéis previstos no primeiro consórcio.

Apesar do crescimento do número de famílias interessadas – de 70 a 80% – em aderir ao plano piloto e à parceria com a usina, as condições de sua operacionalização sob comando de uma cooperativa frustraram-se, pelas próprias dificuldades associativas e pela resistência à adaptação a modelos coletivos forjados por outros para suas vidas. Paralelamente, a entrega de 140 títulos de uso da terra para as famílias assentadas em outubro de 1995, cerimônia pautada por muitas falas de garantias de autonomia e de permanência da terra parecia a própria expressão dos paradoxos que se fazem presentes no modo de vida

dos assentamentos. Paradoxos reveladores de que idealizações não correspondem ao que é posto em prática nos assentamentos, nem implicam no atendimento às necessidades de reprodução social dos assentados (Ferrante e Santos, 2003).

Em um jogo de expectativas, idealizações e irrealizações, estratégias familiares para se viver melhor na terra aparecem no mesmo cenário em que a cana ganha espaço crescente. Expressões de clientelismo por parte do poder local se contrapõem a outras tentativas de uma nova cultura política. A tramitação do projeto de plantio de cana-de-açúcar no Monte Alegre encontrou empecilhos para sua implantação, especialmente pelas controvérsias da operacionalização da proposta e, mais diretamente, pelo fato do prefeito “bom patrão” – principal agente deste processo – ter mudado de cenário político, transferindo-se para a cidade de Matão a fim de disputar as eleições municipais de 1996.

Contrariamente ao ocorrido no Monte Alegre, onde a entrada da cana por meio de um consórcio é expressão nítida da vontade política do prefeito e agentes do poder local de se apropriarem deste espaço social produzido pelo assentamento de centenas de famílias, no P.A. Bela Vista, durante esse mesmo período, dois trabalhadores resolveram por em prática um acordo que fizeram com a Usina Zanin e começaram a transportar para o assentamento mudas de cana-de-açúcar para plantá-las em seus respectivos lotes (novembro 1994). Acusados de traidores da reforma agrária conseguem provocar uma reação de consenso: as demais famílias se unem e, além da troca de ameaças e agressões, as mudas plantadas são arrancadas. Os assentados invadem o escritório do DAF, exigindo a presença de um representante do INCRA para intermediar o impasse. Audiências públicas sob direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara movimentam a sociedade civil. O conflito ganha espaço na imprensa. O INCRA posiciona-se contrariamente ao cultivo da cana-de-açúcar, nos módulos agrícolas do assentamento e ameaça de expulsão os que fossem contrários a tais regras.

No discurso do INCRA à época, objetivos da reforma agrária e plantação de cana tinham incompatibilidades congênicas. A promotoria pública intercede como mediadora do conflito e os 2 trabalhadores taxados de vilões são novamente incorporados à comunidade. Aparentemente, sem conotações políticas, a cana sai de cena. Como se sua passagem pelas terras do Bela Vista do Chibarro tivesse sido um ato infrator individual. A questão, aparentemente encerrada, reaparece em 1997, nutrindo-se do altíssimo grau de inadimplência dos assentados – provocado pela mesma crise da cultura de grãos – e patrocinada por um grupo organizado de assentados, ganhou imediata adesão de um grande número de agricultores, conforme relatado acima.

A pressão que as usinas exercem sobre os projetos de assentamentos a fim de que se dediquem à produção canavieira, passando a ser fornecedores de

matéria prima para as agroindústrias nunca se interrompeu efetivamente. De forma mais ou menos dissimulada, a proximidade e o cercamento das usinas se constitui em uma sombra a nublar, não necessariamente provocando tempestades, a perspectiva de uma produção pluralista e diversificada nos assentamentos da região.

Diversificação que se fazia presente especialmente no núcleo de assentamento da Fazenda Monte Alegre. A reordenação da produção, com conseqüente tendência à pluriatividade no qual chegou a ganhar espaço significativo a fruticultura combina-se à experiência que acenavam com a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas como parte das estratégias de permanência na terra.

Entram nesse processo estratégias utilizadas para correção do solo, combate às pragas, manejo dos recursos com auxílio de agricultura alternativa. Estratégias criadas e recriadas, com freqüência, como parte de arranjos familiares. Assentados ainda que em pequeno número, recorrem a materiais orgânicos e animais, sem a utilização de agrotóxicos e/ou adubação química para potencializar o rendimento da produção. A diversificação de estratégias utilizadas na preparação do solo pelos assentados, desde o calcário para solos mais pobres, como foi o caso de um assentado que precisou adicionar à terra 7 toneladas de calcário em seu lote até a utilização de formas naturais (adubo verde e adubo orgânico) para fertilizar a terra chegaram a configurar estratégias outras de sustentabilidade. Estratégias que parecem se esvaziar ou perder progressivamente o fôlego com a revigorada nova entrada da cana.

No recente quadro de gestão municipal (2001-2004), a proposta do “consórcio” entre a Usina Santa Luiza (de Motuca) e o projeto de assentamento Monte Alegre, já debatida no ano de 1993 volta à pauta, exatamente através do prefeito, ele mesmo ex-funcionário da usina. De um lado, a voracidade do agronegócio regional tenta se impor, aproveitando-se de uma relativa fragilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais; de outro, os assentados reduzem o espaço reservado ao pasto para as vacas leiteiras, aos pomares de frutas, como reação ao próprio cercamento das usinas. Ou então começam a trabalhar fora - como motorista e em outras atividades não agrícolas - para não ceder à pressão da cana e continuarem na terra.

No outro espaço, o assentamento Bela Vista do Chibarro, numa articulação entre uma usina de Araraquara e um grupo de assentados inicia em 1997/8 o cultivo da cana-de-açúcar em parte do seu território. Apesar do INCRA ter se mantido na posição contrária, refutando especialmente as formas de subordinação impostas pela agroindústria à pequena produção, a cana segue seu itinerário, nenhuma ação enérgica ou consistente é levada adiante para mudar esta trajetória, além dos lamentos - ouvidos aqui e acolá - que parecem recriar estigmas da incapacidade dos assentados de terem outro destino (Baú, 2002).

Indiferentemente aos lamentos e aos estudos, a pressão das usinas segue sua marcha, através de políticos locais, como prefeitos e vereadores ligados a tais empresas e de deputados eleitos pela região que tentam levar o INCRA a rever sua postura permitindo o plantio da cana nos lotes dos assentados. Sem participar diretamente deste vai e vem que tem contornos políticos, os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam progressivamente a aderir à cana, justificando sua “opção” pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra, pela expectativa de ter um rendimento fixo proveniente da cana necessário ao sustento da família. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

O INCRA, apesar de continuar, em princípio contrário ao plantio da cana, parece assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria recente (24/10/2002) (re)estabelece parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, sob o argumento de dinamização do processo de capitalização das famílias beneficiárias dos projetos de assentamentos. Justifica a portaria que acaba por consentir, sob regras, o plantio da cana como perspectiva de garantir maior participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos” (Portaria ITESP nº 075-24/10/02).

Mantém-se o limite de 50% da área total nos lotes com área até 15 ha, nos lotes com área superior a 15 ha, estipula-se até 30% da área total. A determinação de que a exploração deverá ser feita de forma individual, associativa ou coletiva, ficando proibida outra modalidade de exploração que não permita a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção parece contrastar com o que está, de fato, ocorrendo. Há manifestações de resistência, agravados no caso das queimadas.

A polêmica é recesa, tendo como cenário o poder local. O prefeito de Motuca – área de jurisdição de parte dos núcleos da Fazenda Monte Alegre declara, em alto e bom tom que o plantio de cana busca dar melhores condições de vida aos assentados. Na avaliação do prefeito, *a crítica situação dos assentados não é culpa da falta de investimentos dos governos (estadual, municipal), mas de ingerência da própria FERAESP e, em alguns casos, dos próprios assentados* (Folha de São Paulo, 13/10/2002). O movimento sindical, em princípio afastado desta disputa, volta a entrar em cena, estimulando

audiências públicas e manifestações de resistência por parte dos assentados.

Apesar das afirmações de que prefeitura e órgãos técnicos têm todos os critérios para evitar que os assentamentos sejam arrendados ou danifiquem o ambiente, a realidade mostra outras facetas, que explodem, principalmente na questão das queimadas e da quebra da autonomia, prevista em princípio, no acordo sobre o plantio da cana.

No outro espaço – assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA – há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras há quase 5 anos. Denúncia encaminhada pelo ITESP ao INCRA, o qual permanece como ator coadjuvante, sem deixar explícito qual será seu papel. Da parte dos assentados da Bela Vista, apesar da cana crescer assustadoramente neste espaço um pequeno grupo ainda resiste, dentre as 176 famílias, continuando com a agricultura de subsistência e pouca diversificação agrícola. Temem o fruto amargo da cana queimada. “*A usina usa herbicida, que afeta o desenvolvimento do feijão, do milho. Também existe o problema da fumaça durante o período da colheita que invade nossos lotes de produção e de moradia*” é o desabafo de um assentado que tem procurado reorganizar os produtores para ações de enfrentamento ao cercamento das usinas e aos danosos efeitos da queimada.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma postura comandada pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de autonomia e de permanência na terra. De outro, uma perspectiva que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola e na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições (Ferrante e Santos, 2003).

Como divisores de água, a queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrinhado por outros saberes e poderes.

Além do embate simbólico, a (re)introdução da cultura da cana na Bela Vista divide os assentados e cria uma possibilidade de confronto com trabalhadores sem-terra que há anos acampam na região. Buscando legitimar sua luta, ao mesmo tempo que condenando os assentados que estariam demonstrando pouca preocupação com a “reforma agrária”, um grupo liderado pela FERAESP ameaça ocupar os lotes com cana, símbolo de uma produção anti-social, anti-reforma agrária. A luta pela terra, nas terras dos canaviais, prossegue.

## Na relação com o meio ambiente, novas perspectivas

A questão do meio ambiente nos veio através da questão da cultura, conceito crucial dos nossos enfoques desde os primeiros momentos desses 18 anos de estudos. Mas essa questão não surgiu de imediato. Sabíamos que a cultura traz embutida em si, como eixo crucial dos modos de vida camponeses, o manejo do meio ambiente, ou seja, as práticas que permitiram lidar com a natureza de forma a preservá-la para dela continuar vivendo. De início, no entanto, estávamos tão envolvidos em compreender os novos atores sociais que se formavam naquele novo espaço que prestávamos atenção à natureza apenas como cenário da situação. Conforme nos lembra Rafael Baraona, é preciso compreender os camponeses “por dentro” para não correr o risco de vê-los apenas como números e porcentagens de dados burocratizados que mais os escondem do que revelam (Baraona, 1994).

Para conseguir compreendê-los por dentro, assimilando o significado doloroso das rupturas sofridas e o significado heróico de suas lutas, colhemos histórias de vida daqueles homens e mulheres, os mais receptivos que narravam sem dificuldades suas memórias.

Publicamos em 1995 um nº de Retratos de Assentamentos que chamamos *Autoretratos*. Os artigos ali escritos desvelam diferentes maneiras de expressão da memória: memória de luta, memória da terra, memória masculina x memória feminina, e evidenciam o quanto nos preocupava as questões relativas à luta política, à construção da identidade e ao processo de trabalho (Whitaker e Fiamengue, 1995).

Enquanto estudávamos os processos de trabalho, ora na criação do bicho-da-seda, ora na produção da farinha de mandioca, ora na criação de animais, ora nos plantios variados, foi nos chamando atenção a relação dessas famílias com a natureza e um dado fundamental emergiu vagarosamente da situação.

Em terras que haviam sido devastadas pela monocultura de eucalipto (caso da Fazenda Monte Alegre que fora Horto da FEPASA, a qual utilizava a madeira para seus dormentes) os assentados estavam realizando o milagre de fazer ressurgir a diversidade agrícola. Por conta das alternativas que tiveram que buscar para sobreviver (já que o plantio de grãos, objetivo inicial desses projetos não dera certo face à pobreza do solo e à falta de apoio do Governo do Estado) um sem número de variedades de produtos haviam sido plantados, animais de pequeno porte estavam sendo criados, tanques para criação de peixes e/ou rãs haviam sido construídos e árvores nativas eram replantadas a partir da consciência ambiental que os animava em maior ou menor grau, dependendo da experiência de cada um.

Descobrimos então que não é possível pensar relações sociais na zona rural sem a mediação da natureza, o que torna tais relações infinitamente mais

complexas do que se pensa. Esse talvez seja o maior obstáculo epistemológico à compreensão do homem rural.

Assim, quando passamos a observar a natureza em reconstrução compreendemos que uma nova metodologia se fazia necessária para compreender esse “outro” do homem urbano, que tem sido alvo de preconceitos a partir de tudo o que é urbano: cidade, mídia, literatura<sup>11</sup> e a própria ciência. Fruto dessas observações procuramos em livro voltado às questões metodológicas emergentes<sup>12</sup> denunciar as armadilhas do preconceito, descrever as técnicas por nós utilizadas para superação dos preconceitos e apontar para a questão da reconstrução da diversidade agrícola naqueles espaços (Whitaker, 2002).

Note-se que não estamos falando em reconstrução da biodiversidade, pois uma vez destruído um ecossistema, fica comprometida toda biodiversidade, cuja complexidade é impossível de restaurar. O que registramos foi o estabelecimento de sistemas de produção agrícolas e criação que articulavam várias práticas, fazendo renascer a diversidade própria da vida rural tradicional e que a monocultura do complexo agroindustrial eliminou. Diversidade que é, sem dúvida, ameaçada se a produção de cana, em cena e em alta no presente, reproduzir o sistema de poderes e controles das usinas.

### **A trama das relações sociais e as tensões na integração dos assentamentos no contexto local: atores, conjunturas e políticas municipais**

Para os pesquisadores que insistem na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos em suas complexidades, as relações envolvendo poder local e a inserção nos sistemas produtivos regionais têm que ser pensadas de uma perspectiva multidimensional e não unicamente por determinações de uma lógica econômica.

No tocante ao planejamento público das intervenções pró-desenvolvimento rural no Brasil, somente a partir da segunda metade da década de 1990 é que tal enfoque ganha importância decisiva. Segundo analistas da temática, o fundamental nessa nova tendência é *a mudança de prioridade do enfoque produtivista-reducionista para o enfoque da sustentabilidade, um conceito holístico, cuja abrangência envolve os condicionantes ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, dentre outros* (Flores e Macedo: 1999, p. 43).

Quando essa discussão se volta para a realidade dos assentamentos rurais, podemos citar que há anos a questão da descentralização das experiências de assentamentos vem se apresentando como problemática para os órgãos oficiais

---

<sup>11</sup> Para os preconceitos contra o rural na literatura ver: Dantas, A. *Uma Tentativa de compreensão do homem rural: diferentes olhares*. (Dissertação de Mestrado) UNESP – Araraquara, 1995.

<sup>12</sup> Whitaker, D.C.A. *Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes*. Letras a Margem, 2002

gestores da reforma agrária. Esse processo, ainda incipiente e incerto, faz aumentar a importância das Prefeituras no desenvolvimento de ações institucionais nos P.A.s. Em abril de 1999, já no segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, é apresentado o documento *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural - Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado\**, base das iniciativas federais no tocante à questão da produção familiar como um todo e dos assentamentos rurais em especial, já que preconiza, em sua apresentação, a *reformulação da reforma agrária*. Buscando estabelecer uma linha de continuidade desde as ações do governo Itamar Franco, o documento cita a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, como um passo primeiro na direção de uma política completa para o setor. Sobre o PRONAF, ressalta-se que sua viabilização no âmbito municipal cobra a organização de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, fórum cujas atribuições foram aperfeiçoadas nas diretrizes do *Novo Mundo Rural*.

Reconhecendo que o desenvolvimento de uma política pública para os projetos de assentamentos envolve uma série de dificuldades relativas aos órgãos responsáveis pelos mesmos, aos diferentes níveis de governo (União, Estados e Municípios) e à problemática mais eminentemente política da reforma agrária, qual seja, a forte pressão da mobilização popular e de diversas organizações não governamentais, o *Novo Mundo Rural* apresentou como premissas o objetivo do desenvolvimento local e a articulação de todas as instâncias do poder público para a sua consecução.

A proposta federal reforçaria a importância da base local para o desenvolvimento sustentável dos P.A.s, propondo linhas de investimentos (via PRONAF), parcerias (termo, a partir de então, substituto do pouco eficiente e burocrático "convênio") e, acima de tudo, uma série de medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e suportar a difícil trajetória de consolidação dos assentamentos. Deste ponto de vista, a visível ineficiência e descontrole das políticas de investimento nos P.A.s poderia ser superada.

Nota-se que essa nova abordagem queria dotar o espaço municipal e microrregional de uma capacidade de decisão e monitoramento até então inexistente. Com relação aos casos estudados – conforme veremos a seguir – esse foco decisório local se prende a um debate cujos agentes privilegiados não são exatamente os agricultores familiares assentados. Como exemplo do quanto

---

\* Este documento será referido no corpo deste trabalho, apenas como *Novo Mundo Rural*, aliás, maneira pela qual ele ficou amplamente conhecido.

de deliberação cabia ao âmbito local até então, cita-se a existência apenas das comissões de seleção municipal, uma simples etapa do processo burocrático de inclusão/exclusão de famílias nos P.A.s.

O enfoque local dado pelo *Novo Mundo Rural* levou a um minucioso detalhamento de ações a serem desenvolvidas localmente, muito maiores do que as iniciativas de responsabilidade do governo estadual (esfera de Poder promotora de Projetos de Assentamentos). Se a mudança de governo nas eleições de 2002 fez caducar a vigência do documento citado acima, o mesmo não se pode dizer dos termos aos quais ele se refere no tocante à estratégia para o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

A participação do poder público municipal é bastante diferenciada. Como municípios maiores e, portanto, mais autônomos em relação ao complexo canavieiro, Araraquara e Matão desenvolvem políticas diversas com relação aos assentamentos da região. Em sua história recente, enquanto lideranças políticas de Matão sempre cultivaram uma base eleitoral sólida nos núcleos do Monte Alegre, o poder público municipal de Araraquara nunca se dedicou a qualquer projeto mais conseqüente nos assentamentos, mesmo sendo o município com o maior número de famílias assentadas. A presença de políticos em períodos eleitorais pode ser avaliada em uma rede de clientelismos e de expressões da cultura da dádiva (Chonchol e D'Incao, 1989).

No caso de Matão, o atual prefeito (gestão 2001-2004) conta com apoiadores nos núcleos III e VI do Monte Alegre e já patrocinou, em sua gestão anterior (nos anos 80), um projeto de plantio de soja nos assentamentos, visando o abastecimento de uma usina de leite de soja da Prefeitura. Esta proposta voltou a circular neste P.A., desde a nova posse desse agente político. Tal Prefeitura, sobretudo devido ao grande número de matonenses que foram assentados no Monte Alegre, sempre foi uma referência positiva na opinião dos moradores deste P.A. O reconduzido prefeito, uma liderança de caráter populista do PMDB, embora apresente uma proposta para os assentados, não se esforça para adequar a atuação de sua gestão às normativas propugnadas pelo governo federal.

Ressalta-se, no entanto, que a proposta do prefeito de Matão – em que pese sua importância política no debate regional – não garante um mercado adequadamente dimensionando sequer para as 19 famílias que estão assentadas no território matonense do P.A. Monte Alegre. Segundo um agrônomo da Secretaria da Agricultura de Araraquara, pouco mais de 5 lotes agrícolas produziram toda a soja necessária para o projeto da chamada “vaca mecânica” do referido município, em seu projeto atual.

A situação da Prefeitura de Araraquara é, de todas, a mais complexa. Depois de seguidas administrações que pouco ou nada intervieram no debate acerca dos rumos da reforma agrária regional, a posição política do município

acena para mudanças com o início da nova gestão (2001/2004). O prefeito eleito em 2000, uma jovem liderança de esquerda fortemente comprometida com a temática da reforma agrária, se vê diante do desafio de atuar nesse delicado contexto dos P.A.s. De uma política de clientela bastante ineficaz desenvolvida ao longo de anos - exclusivamente voltada para o projeto Bela Vista do Chibarro, - e tendo como promotores, no mais das vezes, lideranças de pouca expressão, como secretários municipais e vereadores (Ferrante e Barone, 1997/98), o poder público municipal de Araraquara encontra-se diante do desafio de interferir nos assentamentos para além das obrigações legais já consagradas, mas, a princípio, sem uma proposta econômica tão clara quanto as patrocinadas pelas Prefeituras de Motuca (plantio de cana) e Matão (plantio de soja).

Neste contexto, as propostas apresentadas pelo governo federal vão ganhar mais realidade, já que a elaboração de programas municipais para o desenvolvimento das experiências de assentamentos, sua gestão e objetivos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar têm, na orientação da Prefeitura de Araraquara, em termos gerais, o mesmo caráter que o proposto no documento *Novo Mundo Rural*.

O principal desafio da nova administração de Araraquara, nessa área, passa a ser – segundo os agentes diretamente responsáveis por ela – o desenvolvimento de um plano de gestão dos P.A.s, articulando os diferentes órgãos que atuam nos projetos e buscando soluções para uma série de problemas que os assentados enfrentam. Dentre estes, destaca-se a viabilização de uma alternativa econômica para a proposta de consórcio com as usinas. Desafios que têm ficado no campo da retórica, em que pese os projetos que buscam atender as demandas de escoamento da produção de hortifruticultura dos assentados.

Do ponto de vista de uma mudança no status da participação política dos assentados nos espaços de poder local, também os dilemas vividos pela administração “democrática-popular” de Araraquara são paradigmáticos. A decantada descentralização das decisões sobre a Reforma Agrária tem sido apontada, com muita frequência, como parte do jogo de rearranjos institucionais para dificultar, senão imobilizar, o desenvolvimento dos projetos de assentamentos rurais (Barros e Ferreira, 1997). A situação pode se modificar? Os assentados podem inverter os atributos de passividade a eles impostos pelo modelo estatal de assentamentos rurais?

A referência enfática à maior participação – presente nas metas fixadas pela Prefeitura de Araraquara a partir de 2001 – modifica a concepção do assentado como um desenraizado (Neves, 1997) que deveria ser modelado segundo uma determinada lógica da burocracia estatal? Questões que nos remetem ao exame de como os assentados se movimentam diante das novas metas do poder local para os assentamentos.

Impasses, divergências, retórica vazia, estes são os atributos de um

balanço possível da ação pública municipal frente aos assentamentos. Da parte da população assentada, a recorrência a práticas clientelistas marca os limites dessa possível nova cultura política. A isso, no entanto, soma-se um *boom* participativo desses trabalhadores – até com maior consistência que outros segmentos populares do município – nos vários fóruns implantados pela administração de esquerda. Os destinos dos assentamentos ainda oscilam entre a fórmula da dádiva e a emancipação política dos atores que dinamizam esse espaço social.

Uma difícil intervenção do poder municipal nos assentamentos partiria da percepção de que os agentes institucionais responsáveis pelos P.A.s (ITESP e INCRA) necessitavam de alguma orientação que partisse da Prefeitura, no tocante ao planejamento das iniciativas nos assentamentos. Além disso, a carência de agências dos próprios assentados, voltadas para a interlocução com o poder público, levou os responsáveis pela ação municipal nos P.A.s a priorizar o estímulo à organização comunitária. A partir da Lei Federal 9.790/99, que institui as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a Prefeitura de Araraquara incentiva a formação de dois centros comunitários: o Centro de Desenvolvimento Comunitário (CDC) Bela Vista do Chibarro, em maio de 2001 e o Centro de Desenvolvimento e Integração Rural (CEDIR), abrangendo os moradores dos P.A.s Monte Alegre e Bueno de Andrade em junho do mesmo ano.

Baseado em uma orientação do governo federal (ainda na gestão de FHC), através do Programa Comunidade Solidária, o objetivo das OSCIPs é a organização comunitária com vistas ao estabelecimento de "parcerias" com órgãos públicos e privados para o desenvolvimento local. "*Já existe todo um arcabouço legal para viabilizar nossa proposta de organização popular voltada para o desenvolvimento dos assentamentos*", esclareceu o agente da Prefeitura responsável pela iniciativa. A prioridade das duas organizações recém fundadas é a mobilização comunitária voltada para o desenvolvimento de atividades sócio-educativas, estabelecendo-se, de imediato, uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Se os centros comunitários podem representar um passo importante na superação do isolamento e desarticulação das populações assentadas, pouco ou nada investem sobre os principais dilemas dos P.A.s da região, as possíveis alternativas à proposta das usinas. Como estratégia de longo prazo, sem dúvida, tais iniciativas são importantes: além de reunir os grupos dissidentes no P.A. Bela Vista, a fundação do CEDIR (P.A.s Monte Alegre e Bueno de Andrade) contou com a participação do prefeito de Motuca, uma demonstração de "*solidariedade*" e de "*possibilidade de trabalho conjunto*", ainda segundo o coordenador de Araraquara. Sobre este segundo aspecto, cita-se também o esforço comum das P.M.s de Araraquara, Motuca e Matão na constituição de

um "consórcio intermunicipal" (outro instrumento previsto no *Novo Mundo Rural*) voltado à gestão de uma patrulha de máquinas para a conservação de estradas rurais, doada pelo governo estadual. Nessa oportunidade, os representantes dos três municípios que dividem os assentamentos foram unânimes em apresentar a necessidade de obras nos P.A.s da região.

A atuação "militante" desse agente ligado à Secretária de Desenvolvimento Econômico de Araraquara, após essa etapa organizativa, volta-se para a questão da produção agropecuária nos assentamentos. Concomitantemente, a Prefeitura de Araraquara procura incentivar a mobilização da população assentada, incluindo-a de forma específica num projeto de "orçamento participativo", considerado, pela administração petista, como sua principal marca de governo. Os limites dessa experiência, no entanto, revelam-se desde cedo, já que a capacidade de intervenção municipal está bem aquém das demandas levantadas. Particularmente nos assentamentos, as reivindicações do "orçamento participativo" priorizam obras nos núcleos de agrovilas, como equipamentos públicos ordinários (redes de água e esgoto, instalações de atendimento à saúde, etc.), pouco ou nada focando a atuação da Prefeitura no campo da produção econômica, com exceção feita às propostas de incentivo a grupos de mulheres, voltados à produção artesanal.

A evolução dessa gestão, que se pretendia inovadora com relação aos P.A.s, tem revelado pouca criatividade na área do planejamento econômico. Além do acima citado, é digno de nota o esforço para viabilizar o escoamento da produção hortifruticultora dos assentamentos, através de uma feira de produtores e de um projeto destinado à venda direta de frutas da estação. A grande novidade deste último período – que coincide com a gestão do PT no governo federal – é justamente a incorporação, por parte do governo municipal, da política de apoio à produção familiar (o que em outras regiões está sendo gerido pela CONAB). Dessa forma, a Prefeitura contaria com o mesmo plano de compra antecipada de gêneros alimentícios – uma forma de garantir o financiamento da produção assentada – com vistas à introdução de produtos agrícolas dos assentamentos na merenda escolar. No presente momento, esta é uma proposta que começa a ser posta em prática nas duas escolas que põem em ação o projeto Escola do Campo.

Curiosamente, nessa esfera de preocupações, as demais prefeituras da região parecem também ter consolidado alternativas, sempre e acima de tudo no plano da retórica. Enquanto Motuca está às voltas com a introdução "racional" da cultura canavieira no P.A. Monte Alegre, a prefeitura de Matão – que sempre demonstrou maior presença nesse mesmo assentamento – volta à iniciativa, através de um convênio com a Embrapa e o ITESP, buscando desenvolver um projeto piloto de produção leiteira. São iniciativas que revelam, também, uma certa ansiedade dos agentes políticos num ano de concorrência eleitoral (2004).

Se uma tentativa de modificar a situação econômica dos assentamentos tem se revelado bastante limitada – sobretudo frente à avassaladora onda desencadeada pela integração ao complexo sucro-alcooleiro – e a alteração da sociabilidade política dos assentados, em suas relações com o poder público continua uma incógnita, ora pendendo para inovações, ora recriando a velha dependência clientelista, no campo educacional pode-se constatar uma série de ações com real capacidade transformadora da parte da Prefeitura de Araraquara.

Dentre tais ações, cabe destacar as iniciativas referidas à ampliação e à redefinição do projeto político-pedagógico das escolas dos assentamentos. No assentamento Bela Vista do Chibarro, a escola passou a atender alunos da 5<sup>o</sup> a 8<sup>o</sup> série, foram implantados curso de alfabetização de adultos, cursinhos populares, pré-vestibulares, cujos rumos nos permitem inserir na presente investigação a questão dos jovens e o futuro dos assentamentos.

Além disso, o projeto Educação do Campo, o qual tem fortes ligações com a proposta político-pedagógico do MST foi inserido no assentamento Bela Vista do Chibarro e em um núcleo da Fazenda Monte Alegre, elemento que será objeto de acompanhamento continuado ao longo da pesquisa. O projeto Escola do Campo, prática que já tem considerável experiência no sul do país começou a ser discutida em Araraquara em 2001, sendo parcialmente concluída sua concepção em janeiro de 2002. Avaliada como uma proposta educacional diferenciada, com conseqüências concretas para o viver dos assentamentos rurais, propõe em suas diretrizes a valorização da cultura local, a priorização do resgate da identidade do assentado, a importância de sua integração com o meio ambiente. Para executar tais diretrizes os professores deverão criar metodologias visando uma articulação entre os diferentes tipos de cultura e a preservação da diversidade cultural (Whitaker, 1992). Metodologias que devem se prestar à superação de preconceitos e estranhamento à cultura rural expressos na visão *urbanocêntrica* da educação e que serão investigados na observação da prática pedagógica cotidiana dos professores: “*tudo o que possa dar condições para que a cultura rural se valorize e o assentado se sinta bem como agricultor*” (depoimento do ex-coordenador de atividades agro-indústriais da Prefeitura Municipal de Araraquara).

Em um outro patamar, pode-se dizer, no caso do assentamento Bela Vista do Chibarro que a escola vem progressivamente ocupando o lugar de aglutinação de interesses comunitários especialmente face ao esvaziamento das experiências de cooperativas e associações. Na escola são realizadas as reuniões do Centro de Desenvolvimento Comunitário, do Programa de Saúde Familiar, do Orçamento Participativo, assim como a mesma sediou o I Seminário Estadual de Educação do Campo.

A Diretora, liderança legitimada pela comunidade identificada com a luta dos assentados, por ela representada como um “plano de Deus para sua vida”

vem tentando construir junto à comunidade um plano de gestão cidadã da escola, a partir de reuniões com pais, professores, alunos que não vêm encontrar necessariamente respaldo nos órgãos técnicos gestores dos projetos.

A participação dos assentados no contexto local tem revelado, neste aspecto cultural/educacional, as mais promissoras conquistas em termos de integração cidadã, como um jovem assentado que se formou em Pedagogia (UNESP/Araraquara) e está lecionando na escola do assentamento, contribuindo também na construção da proposta pedagógica de educação do campo. Evidenciamos também outros jovens que possuem as mesmas aspirações. Cita-se, a propósito, a realização de um cursinho pré-vestibular na Bela Vista, iniciativa que está pondo – ainda que em número reduzido – moradores dos assentamentos para estudar nas instituições de ensino superior de Araraquara.

### **O movimento da educação do campo**

Nossas preocupações iniciais, ao pesquisar assentamentos de Reforma Agrária, eram relativas à reconstrução dos dados culturais esfacelados pelas inúmeras rupturas de que haviam sido vítimas esses novos sujeitos e sobre o processo de re-socialização que elaboravam ainda sob as barracas de plástico negro dos acampamentos nos quais aguardavam o assentamento definitivo.

Ora, se falávamos em socialização já estávamos refletindo sobre educação no sentido amplo do conceito<sup>13</sup>.

Para que se compreenda como encarávamos esse processo é preciso lembrar que um acampamento de sem-terra, no qual se organiza uma ocupação, ou se aguarda um assentamento, não é, como pensa o senso comum o lócus do caos ou da desordem. Muito ao contrário, nossas pesquisas mostram a força da organização nesses acampamentos: tempo de luta, mas também tempo de formação de comissões sobre os mais variados temas e funções do grupo e entre eles obviamente aquela comissão de mães que já anuncia um grupo de educação. Em nossos primeiros relatórios ao CNPq, já escrevíamos sobre o caráter pedagógico da luta pela terra e sobre o seu desdobramento em todas as atividades do acampamento. Sobre os assentados do Estado de São Paulo, já escrevíamos no início dos anos 90

*Tendo passado pela situação de acampados, a maioria desses grupos desenvolveu um tipo de luta organizada e pacífica, durante a qual aprenderam e ensinaram dados preciosos para resistência e conquista, uma verdadeira “pedagogia da luta” (Whitaker, 1993).*

---

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, Brandão (1995).

Havia, portanto um processo de educação informal atravessando todos os grupos etários e que acompanharíamos durante todos esses anos – processo através do qual reconstruíram suas vidas, re-elaboraram suas identidades, construíram um novo espaço, enfim reconstruíram aquela cultura estilhaçada pelas rupturas de suas tumultuadas trajetórias de vida anteriores ao assentamento.

O foco era, portanto, cultural. Mas o fato de prepararmos um Grande Censo com o apoio do CNPq, da UNESP e da FINEP dentro de um projeto multidisciplinar coordenado pelas professoras Sônia Bergamasco e Vera L. S. Botta Ferrante ensejou-nos oportunidade de colher dados objetivos sobre educação formal para mais de 3.000 famílias. As respostas obtidas para as questões de educação escolar que integravam o Censo e atingiram o Estado inteiro nos permitiram descobertas importantes sobre aspirações à educação para populações rurais.

Para que se compreenda bem o que nos revelaram esses dados é preciso lembrar que durante muito tempo se proclamou no Brasil que famílias rurais não valorizavam a educação escolar. Numa versão escolar do “crime à brasileira”, transformava-se a vítima em réu. Ou seja, criava-se um processo ideológico através do qual culpava-se o homem rural por não adquirir a instrução formal que o Estado – no caso brasileiro – nunca se interessou em fornecer-lhe. Nos anos 70 alguns trabalhos importantes na área de Sociologia Rural e da Educação tentaram demolir essas crenças que contaminavam pesquisas relativas ao mundo rural.<sup>14</sup>

Estávamos agora diante de um universo estimulante para testar a hipótese da valorização da escola via aspirações por educação escolar. Não estávamos lidando com casos específicos. Os assentamentos do Estado de São Paulo contêm representações expressivas do rural das mais diversas regiões do país e o questionário utilizado pelo Censo possuía vários campos que cobriam desde a luta pela terra até as características mais importantes do novo modo de vida. A questão da escola aparecia num campo específico com várias perguntas sobre Educação Formal e Informal.

Os resultados foram informatizados e a interpretação foi feita por D.I.R.A.’s<sup>15</sup>, o que permitiu levar em conta diferenças no grau de modernização da agricultura como variável condicionadora de alguns resultados. E com relação a essa “circunstância”, os resultados foram surpreendentes. Não importava o grau de modernização da agricultura na DIRA considerada, não importavam diferenças nas trajetórias do grupo nele assentado ou o grau de politização da luta anterior do grupo, as maiores porcentagens das respostas dadas às questões

---

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, Demartini (1979); Martins (1976); Whitaker (1984).

<sup>15</sup> D.I.R.A. – Divisão Regional Agrícola do Estado de São Paulo.

que direta ou indiretamente mediam aspirações por educação sinalizavam sempre para grande valorização da escola. Embora tais porcentagens pudessem variar de uma DIRA para outra, tais variações não eram significativas e nunca apontavam para negação de aspirações por educação. A valorização da escola e as aspirações por educação formal para os filhos se expressou: na questão dos horários para escola (desde que tivessem escola, a maioria esmagadora abriria mão da ajuda dos filhos na lavoura ou em casa); na questão da época do ano em que os filhos deveriam ir à escola (desde que lhes fosse oferecida a escola não importava o momento de freqüentá-la já que o importante era ter a escola); e na extensão desejada por estas populações para seus filhos (quando ultrapassaram o padrão de “1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. série” que caracterizava a escola da zona rural assinalando “escolas até oitava série” e reivindicando ainda escolas técnicas para seus filhos).

Com efeito, em artigo publicado em 1997 enfatizava-se:

*Mas o momento da pesquisa no qual nossos assentados puderam revelar toda a força das suas aspirações por escolarização foi quando responderam à questão sobre o número de anos que gostariam que os filhos despendessem na escola. Revelaram aí toda a contradição entre as aspirações subjetivas e as condições objetiva (conforme teorizado por Bourdieu) que enfrentam, em suas trajetórias de luta, pela não exclusão neste mundo cruel, que teima em negá-los enquanto sujeitos participantes. A esmagadora maioria não se contenta com aquela escola que desejaria ver instalada nos assentamentos, escola com oito anos de duração e que objetivamente considera possível. Aspiram para seus filhos, tanto para os meninos como para as meninas, uma escolaridade prolongada muito para além da escola fundamental, aquela que, sabem muito bem, a maioria nunca vai alcançar, o que não os impede de sonharem, assinalando sempre a alternativa que aponta para estudos muito além da escolaridade de oito anos fundamentais (Whitaker, 1997).*

Esses dados, relativos à questão de gêneros foram básicos também para artigo sobre meninas na zona rural, publicado pelo Caderno Cedes n ° 56, no qual se lida com a questão da aspiração à educação escolar numa perspectiva de gêneros. Dele extraímos o seguinte trecho, referido às questões do Censo aqui considerado,

*Importa registrar que, na perspectiva dos gêneros, todas as questões relativas à escolarização foram colocadas com alternativas para meninas e meninos. O surpreendente é que, em todas as situações consideradas, interrogados sobre a idade*

*até a qual os pais queriam que os filhos estudassem, não houve diferença significativa entre aspirações escolares para meninos e meninas. Não houve diferença, também, em relação ao tipo de escola desejado e sobre as expectativas que alimentam com referência a estudos para filhos e filhas (Whitaker, 2002).*

Nesses anos, portanto, temos nos debruçado sobre a questão das aspirações por educação e sobre as conquistas por eles realizadas nos assentamentos próximos a Araraquara. A Fazenda Bela Vista viu formar-se em terras de assentamento uma escola modelo, verdadeiro centro comunitário. Dissertações várias foram escritas sobre preconceitos na escola (Araújo, 1996), a transição das crianças da 4ª série para a 5ª série nas escolas da cidade (Brancaleone, 2002), sobre o processo de trabalho e educação (Andrade, 1995), sobre a juventude nos assentamentos, suas aspirações e conquistas (Machado, 1997).

Em relação à juventude e suas aspirações é preciso que se registre a criação do primeiro cursinho comunitário da zona rural no Brasil, freqüentado por jovens assentados que terminaram o ensino médio e cuja força das aspirações os faz caminhar na escuridão da noite, após um dia de trabalho intenso para preparar-se para a Universidade. Sobre o trabalho lá desenvolvido, por conta dos nossos projetos de investigação sobre assentamentos leia-se, o artigo sobre Orientação para Vestibular levado a cabo por Whitaker e Onofre durante o ano de 2002 no assentamento da Fazenda Bela Vista. (Whitaker e Onofre, 2002)

Como desdobramento desse trabalho teremos no ano de 2004 uma formalização desse projeto, numa espécie de pesquisa-ação que ajudará os jovens na questão do vestibular.

Assim, desde aqueles momentos de acampamento, quando a escola era um sonho ainda mais remoto do que a terra, temos acompanhado o florescimento das aspirações por educação que, esbarrando embora em condições objetivas adversas, não param de renascer e já deram frutos preciosos. No momento, já estamos analisando muitos desses frutos. Por exemplo, no assentamento Bela Vista do Chibarro, a escola vem progressivamente ocupando lugar de aglutinação de interesses comunitários, especialmente face ao esvaziamento das experiências de cooperativas e associações.

Na escola são realizadas as reuniões do Centro de Desenvolvimento Comunitário, do Programa de Saúde Familiar, do Orçamento Participativo. O local sediou ainda o I Seminário Estadual de Educação do Campo, um espaço para divulgar experiências e direcionar ações no Estado.

Os desdobramentos do projeto pedagógico da escola, assim como a análise das experiências dos jovens rurais, do ponto de vista de sua participação no projeto familiar, do seu processo de socialização e de encaminhamento profissional

– elementos fundamentais para o futuro dos assentados – serão eixos analíticos privilegiados na continuidade de nossas pesquisas.

Temos observado que adolescentes rurais que permanecem no sistema escolar e aspiram escolas técnicas nem por isso se desligam afetivamente da terra e dos projetos de assentamento, carregando essa ambigüidade rural urbana como parte da sua identidade.

Investigar essa verdadeira “incógnita sociológica” – o jovem rural – significa absorver tensões bastante específicas frente ao dilema de ficar no assentamento (projeto da agricultura familiar) ou “sair” do local para trabalhar em empregos urbanos ou na militância.

Este é um dos caminhos que já estamos percorrendo no que se refere aos estudos sobre Educação Escolar nos Assentamentos da Região de Araraquara.

### **Por uma conclusão: a maioria na difícil “idade da razão”**

Um balanço desses 18 anos de instalação dos assentamentos nessa região coloca algumas questões em aberto, no tocante das alternativas econômicas dessas unidades rurais. Por outro lado, demonstra uma série de desacertos que provêm do encaminhamento (ou da falta dele) estatal. O verdadeiro vazio de projeto por parte do Estado não deve ser encarado apenas como uma opção política em prol da agricultura empresarial, mas acima de tudo uma impossibilidade prática dos agentes envolvidos no processo de assentamento (técnicos, lideranças políticas, mas também pesquisadores e demais mediadores) em desenvolver parcerias estratégicas em favor dos P.A.s. No mais das vezes, assiste-se a um jogo de inculpação mútua, envolvendo ITESP, INCRA, Prefeituras (e seus agentes) e líderes dos trabalhadores.

Com relação à questão da geração de trabalho e renda, os assentamentos acabam cumprindo sim uma função alternativa, mesmo que seja através da associação com o complexo sucro-alcooleiro. Observando-se mais a miúdo, registra-se inúmeras alternativas familiares para permanecer na terra, algumas das quais contam com apoio oficial, como os mecanismos de escoamento da produção hortifrutigranjeira dos assentamentos promovidos pelas Prefeituras locais (notadamente a de Araraquara no último período). Há projetos em estudo – como também em início de implantação – que podem potencializar essas alternativas econômicas, caso da incorporação da produção assentada na merenda municipal de Araraquara e a parceria ITESP – EMBRAPA e P.M. de Matão para melhoria da produção leiteira.

Uma decantada proposta de agricultura orgânica, ventilada pela P.M. de Araraquara, não se materializou em larga escala. Nesse aspecto, apenas formou-se uma associação de produtores orgânicos, da qual participam alguns assentados e, mesmo assim, sem necessariamente desenvolverem cultivos orgânicos em

seus lotes. O próprio ITESP incorporou essa preocupação “agro-ecológico”, através de cursos de capacitação aos seus técnicos, mas isso ainda é muito pouco. Existe, portanto, o reconhecimento da questão da agricultura orgânica, da perspectiva de uma outra tecnologia, mas que demanda ainda muito para decolar. Com relação a essa questão, o problema do desencontro acima mencionado, é patente, prevalecendo uma postura de “quem é o dono da iniciativa” ao invés de um espírito de colaboração entre agentes institucionais.

Por outro lado, a própria representação política dos assentados se mostra incerta e esvaziada. FERAESP (representada pelo sindicato de Araraquara) e MST (cuja atuação na região é fraca e intermitente) não dialogam acerca dos problemas da população assentada, alimentando uma disputa política que só importa às suas estruturas e não exatamente ao desenvolvimento das famílias assentadas. Esse vazio pretende ser ocupado por políticos locais (notadamente de Araraquara e Matão), com orientação mais ou menos de esquerda, mas que têm revelado uma enorme distância do cotidiano e das necessidades dos assentados.

Nesse aspecto, destaca-se cada vez mais a participação política das mulheres assentadas. Nota-se, porém, que apesar de um esforço para problematizar as questões mais estruturais dos P.A.s, através de discussões sobre alternativas econômicas, tem-se de fato um aumento quantitativo da presença feminina nos fóruns de discussão, através sobretudo dos diferentes organismos que atuam nessa questão. Essa é, sem dúvida, uma área que tem demonstrado bastante progresso na atual gestão municipal de Araraquara (não sendo, portanto, restrita ao espaço dos assentamentos).

A luta das mulheres assentadas tem distintas facetas (Ferrante e Barone, 1997/1998), destacando-se, do ponto de vista político, o fato delas serem vistas desde os primeiros momentos como intermediárias na interlocução com o poder local, porque eram elas que partiam dos assentamentos e apresentavam reivindicações às prefeituras. Percebe-se, também, no programa de Orçamento Participativo em Araraquara, que os delegados dos assentamentos são basicamente mulheres. Tal situação tem significado o fortalecimento da discussão das mulheres nos assentamentos, ou seja, a delegada que é escolhida para o OP tem espaço para discutir, nos assentamentos, a situação das mulheres? Nas relações, nas formas atuais de ação dos grupos assentados, as mulheres aparecem muito, mas com uma duvidosa consciência de gênero.

Do ponto de vista das alternativas econômicas houve, ao longo dessa história, várias iniciativas de grupos de mulheres que tentaram desenvolver projetos de cunho produtivo (horta, fábrica de doces, confecção de roupas, etc.). Infelizmente, foram todos esvaziados e abandonados. No entanto, percebe-se a presença forte da mulher nessa área, mesmo agora, na feira do produtor em Araraquara, onde as mulheres estão atuando como vendedoras da produção dos assentamentos.

Na maioria dos assentamentos, chega-se coincidentemente ao que podemos chamar de “*idade da razão*” da democracia brasileira, com um governo liderado pelo maior partido de esquerda do país (governo Lula, 2003-2006). As imensas dificuldades para se alterar o terrível quadro de desagregação social e bloqueio ao desenvolvimento repercutem na falta de grandes iniciativas para os assentamentos. Um desejado aprofundamento da valorização da agricultura familiar, via assentamentos de reforma agrária, ainda é apenas uma expectativa, talvez uma nova idealização.

Considerando a perspectiva que tem orientado as preocupações da equipe de pesquisadores que acompanha esses projetos desde o início, a articulação de forças sociais e políticas, a partir do âmbito local, surge como uma necessidade para se romper “por dentro” o bloqueio ao desenvolvimento dos P.A.s (como de resto todos os setores econômicos e sociais). Uma agenda de desenvolvimento para os assentamentos deve ser “local”. Isso não significa que outras esferas governamentais possam se ausentar, mas a geração dessa agenda pressupõe o envolvimento dos agentes que vivenciam cotidianamente os constrangimentos e as possibilidades da realidade empírica dos assentamentos.

Tal preocupação pode ter no segmento da juventude seu principal alvo. Os assentados estão envelhecendo e, aí, a questão do futuro dos assentamentos passa pela existência de um projeto familiar de ficar na terra, de uma estratégia familiar para a continuidade e aprofundamento da experiência produtiva agropecuária.

Deve haver um investimento nesses jovens, que querem estudar sim, mas com a contrapartida deles devolverem isso para a comunidade de origem, nos assentamentos. Hoje, de fato, há pouquíssima aposta nos jovens assentados, um dilema real, com grande potencial para o desenvolvimento desses P.A.s, mas que não tem despertado a atenção dos planejadores. Nesse aspecto, como em outros, a interação e colaboração de todos os agentes envolvidos com os órgãos técnicos e com a comunidade assentada, é fundamental. De tal dever, não devemos fugir, especialmente nós, pesquisadores – que podemos ajudar no desenvolvimento de uma visão mais clara da realidade, que não seja só do ponto de vista das hipóteses, da ciência isenta, mas com a preocupação de ver os anseios e as possibilidades que o campo “reformado” apresenta.

### **Referências bibliográficas:**

ANDRADE, E. A. de. **Processo de Trabalho, espaço e sociabilidade: A sericultura no Assentamento de Reforma Agrária do Horto de Silvânia – Araraquara – São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 1997.

ARAÚJO, R. A. **Os "Pés Vermelhos" e a Proposta de Agrupamento da Escola Rural**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação. UFSCAR – São Carlos, 1996.

ARIÉS, P. **Historia Social da Criança e da Família**. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

BARAONA, Rafael. **Um Campesino por Dentro**. IV Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 1994

BARONE, L. A. **Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp – Araraquara – SP, 1996.

\_\_\_\_\_. A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso dos bóias-frias de Guariba. In: **Retratos de Assentamentos**, ano V, no. 7, FCL/UNESP, Araraquara, 1999.

\_\_\_\_\_. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo. In: **Retratos de Assentamentos**, ano VI, no. 8, FCL/UNESP, Araraquara, 2000.

\_\_\_\_\_. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. Tese de Doutorado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 2002.

BARROS, E. e FERREIRA, B. Descentralização e novos arranjos institucionais para agilizar o processo de reforma agrária. Novos? **Caderno de Ciências e Tecnologia**. Brasília, v. 14, n° 2, 1997.

BAÚ, Cristina H.R. **Pequenos produtores de cana-de-açúcar na região de Araraquara: uma estratégia de produção de sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp – Araraquara – SP, 2002.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1992.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANCALEONI, A. P.L. **Do Rural ao Urbano: o processo de adaptação de alunos moradores de um assentamento rural à escola urbana**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Psicologia. FFCL/USP - Ribeirão Preto, 2002.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. São Paulo, Brasiliense, 1995

CHONCHOL, M. E. F. **O assentamento horto de Silvânia: resposta ao programa bóia-fria na região de Araraquara** (relatório de pesquisa), Paris/FRA, 1985.

\_\_\_\_\_ e D'INCAO, M. C., “Génese d'une politique et gestion locale: des familles bóias-frias renouent avec la terra dans l'état de São Paulo”. **Cahier du Brésil contemporain**, no. 7. Paris, 1989.

DANCINI, Eliane Amábile. **Tempo, memórias e utopias: cortadores de cana em Guariba e Barrinha** (Dissertação de Mestrado), São Paulo: PUC, 1989.

DANTAS, A. **Uma Tentativa de compreensão do homem rural: diferentes olhares**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 1995.

DEMARTINI, Z. B. F. **Observações sociológicas sobre um tema controverso: população rural e educação em São Paulo – 1979**. Tese de Doutorado. USP - São Paulo.

D'INCAO, Maria C. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. “O movimento de Guariba; o papel acelerador da crise econômica”. **Revista Política e Administração**, vol. 1, no. 2, Rio de Janeiro: FESP, 1985.

\_\_\_\_\_ e BOTELHO, M. R. Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. In: SADER, E. (org.) **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_ e ROY, G. **Nós, Cidadãos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERRANTE, V. L. S. B. “Tamoio: olha! Tem nó na cana!”. **Revista Perspectivas**. Vol. 7, São Paulo: UNESP, 1984.

\_\_\_\_\_. Bóias-frias em greve: a coletivização dos espaços de luta. In. **Anais do XI Encontro Nacional da PIPSA**. Unesp/Botucatu: 1986, p. 488-513.

\_\_\_\_\_ e SILVA, M. A. M. “A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo das forças sociais no campo”. **Revista Perspectiva**, vol. 11, São Paulo: UNESP, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Chama Verde dos Canaviais**. Tese de Livre-Docência. FCL/UNESP, Araraquara, 1992.

\_\_\_\_\_ e BERGAMASCO, S.M.P.P. (org.) **Censo de Assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. NUPEDOR, CPEA, Pós-Graduação em Sociologia/FCL/Unesp, Araraquara, 1995. 488p.

\_\_\_\_\_ e BARONE, A.L. Homens e Mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um modo de vida. **Revista Perspectiva**. vol. 20/21, EdUNESP, SP, 1997/98.

\_\_\_\_\_ e Santos, M. P. A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões. **Anais Congresso SOBER**, 2003.

FIAMENGUE, E. C. **Entre o Espaço vivido e o Espaço Sonhado**: Imagens da infância num Assentamento de Trabalhadores Rurais. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp – Araraquara – SP, 1997.

FINARDI, João A. **O movimento sindical paulista entre divisões e dilemas**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 2000.

FLORES, M. X. e MACEDO, M. C. Novos Rumos de Desenvolvimento Rural. In: AGUIAR, D.R.D. e PINHO, J.B. (eds). **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Foz do Iguaçu, SOBER, 1999.

GEBARA, J. J. e BACCARIN, J. G. Proálcool: ocupação do solo, emprego agrícola e estrutura agrária na região de Ribeirão Preto (SP). Relatório do **Projeto Proálcool e agricultura regional: efeitos gerais e sobre a mão-de-obra**, PNPE/IPEA, 1984.

GIDDENS, A. **A constituição da Sociedade**, São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARTINS, J. S. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. São Paulo, Hucitec, 1976

MORIN, E. **O Método volume VI**. Publicações Europa América, Portugal, 1991.

NEVES, D.P. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas**, Niterói, EdUFF,1997.

PINASSI M.O. e QUEDA, O. Consórcio canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais? **Revista Reforma Agrária**, no. 2, vol. 23, Campinas:ABRA, 1993.

ROSIM, L. H. **Nas Terras da Usina, o fazer-se de um assentamento**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp – Araraquara – SP,1997.

SIMMEL, G. **Sociologia**, 1, Madrid: Alianz Editorial,1986.

STETER, E. A. **A cultura da cana em assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 2000.

WHITAKER, D. C. A. **Ideologia e Práticas Culturais: o controle ideológico dos trabalhadores da cana**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. USP – São Paulo, 1992.

\_\_\_\_\_. O rural-urbano e a escola brasileira. **Travessia**: Revista do migrante, ano V, nº 12, 1992.

\_\_\_\_\_. **Escolha da Carreira e Globalização**, Editora Moderna, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. Ruralidade e Aspirações por Educação Escolar. In **Colloquium** – volume I, número 1 – Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação – UNOESTE – Presidente Prudente – S.P. 1997.

\_\_\_\_\_. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Letras a Margem (Apoio CNPq), Presidente Venceslau, 2002.

\_\_\_\_\_. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. **Caderno Cedes**. n ° 56, 2002, pp 7-22.